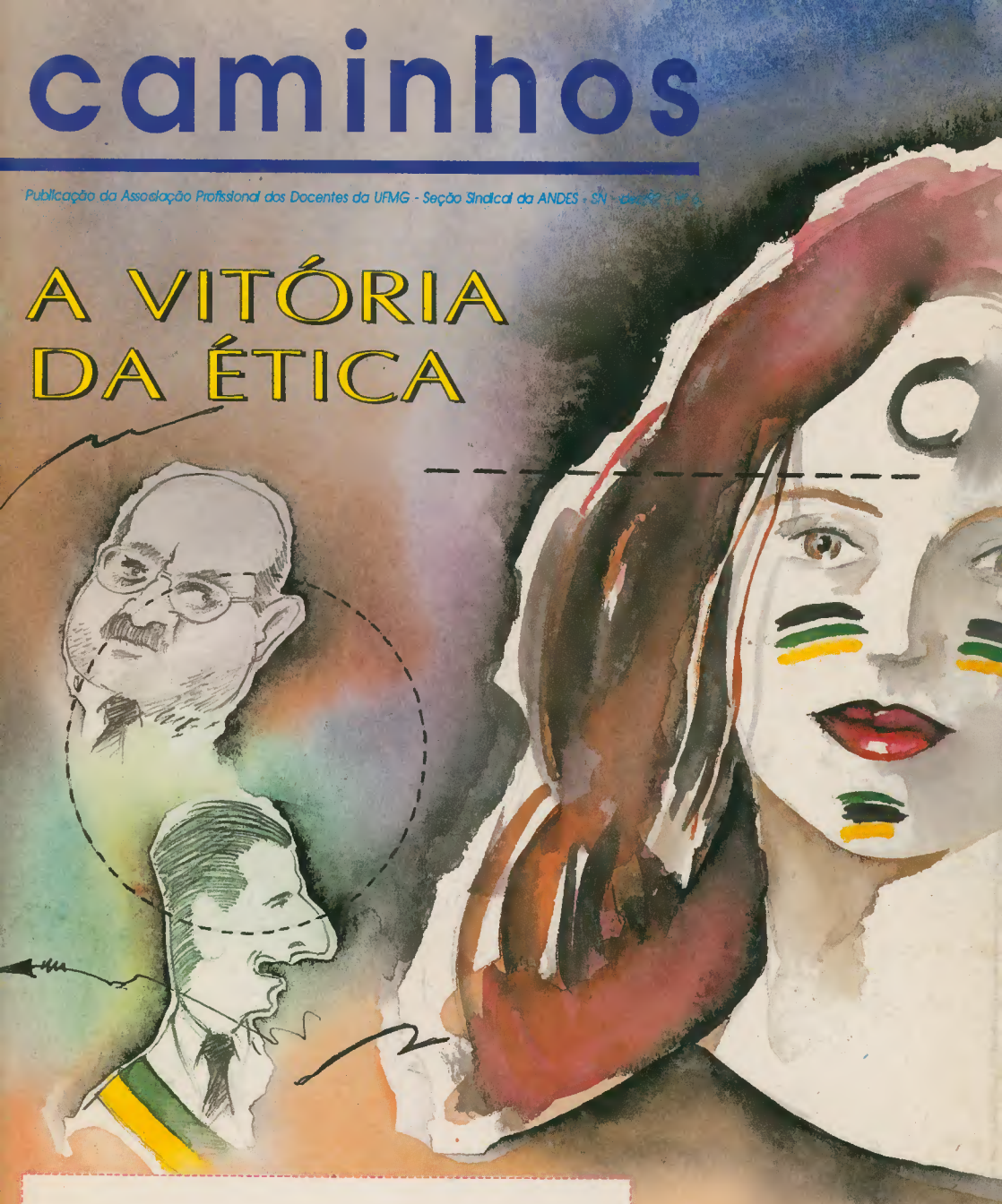
caminhos

Publicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG - Seção Sindical da ANDES - SN - [illegible] - Nº 6

A VITÓRIA DA ÉTICA



IMPRESSO

Paulo Fatal

caminhos

Publicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG - Seção Sindical da ANDES/SN
Dezembro/1992 - Nº 6

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA:
Presidente: José Maurício Machado da Silva - ICEX - Mat. **1º Vice-Presidente:** Délcio Vieira Salomon - FAFICH - Soc. e Antr. **2º Vice-Presidente:** Carlos Eduardo A. de Castro - (ADO) FAFICH - Soc. e Antr. **1º Secretário:** Herzila Maria de Lima Bastos - FALE - Letras Germânicas **2º Secretário:** Beatriz Alencar d'Araújo Couto - Arq. Urb. **1º Tesoureiro:** José Antônio Armanelli - CP - 1º Grau **2º Tesoureiro:** Júlio Maria de Paulo - FAFAR - Farm. Soc. **1º Suplente:** Elza Machado de Melo - Medicina - Med. Prev. **2º Suplente:** Túlio Jorge dos Santos - ICEX - Física **DEP. ASSUNTOS SALARIAIS, ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLATIVOS** - Elias Antônio Jorge - ICEX - Ciências da Comput. **ASSUNTOS DE APOSENTADORIA** - Ivana Versiani - FALE - Letras Vernáculas - **IMPRENSA E DIVULGAÇÃO** - Luiz Osvaldo Carneiro Rodrigues (LOR) - Ed. Física - Ed. Física - **PUBLICAÇÕES** - Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova - FALE - Semiótica e Teoria da Lit. **ASSUNTOS SINDICAIS** - Laura Stella Miccoli - FALE - Letras Germânicas - **ASSUNTOS DE CARREIRA** - Marildes Marinho Miranda - COLTEC

Conselho Editorial:
Domingos A.Giroletti . Délcio Vieira Salomon . Humberto Coelho de Carvalho . Cleuza Graça Fonseca . Vera Lúcia de C. Casa Nova . José Milton dos Santos.

Gerência:
Vânia Macedo Reis

Apoio:
Fernanda Veloso Torres . Mary Oliveira de Assis

Jornalista Responsável (Edição e Revisão):
Clara Arreguy (reg. prof. nº 3.453-MG)

Ilustrações:
Paulo Fatal

Projeto Gráfico:
Dione Dutra e Alexandre de Lourenço

Editoração Eletrônica:
Raniere Gonçalves de Lima

Impressão: Segrac (462-7857)

As opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.
As colaborações deverão ser enviadas à APUBH
Rua Carangola, 300 - Salas 1 e 2 - Coleginho.
CEP: 30.350, Belo Horizonte-MG.
Telefone: (031) 342-3504, Fax: (031) 344-3642

Os artigos terão, no máximo, 120 linhas (ou 5 laudas), datilografadas em espaço 2 com a identificação e endereço do autor para eventual contato.
De comum acordo com os autores, "Caminhos" reserva-se a iniciativa de propor mudanças de títulos e/ou passagens de textos para melhor adequá-los às exigências de caráter editorial.

ÍNDICE



C O N J U N T U R A
"Impeachment" pode ter dado fim à era presidencialista
- Domingos A. Giroletti 06



D E S A F I O S
Ciência e trabalho unidos na defesa da cidadania plena
- Magda de Almeida Neves 17

Direito Econômico deve incorporar a questão da ética
- José Luiz Quadros Magalhães 25



D E B A T E
O neoliberalismo collorista na origem do "mar de lama"
- Délcio Vieira Salomon 31

O ministro não fala inglês - as elites e a língua estrangeira
- Vera Lúcia Menezes Paiva 40

Causas e efeitos da decadência de Minas Gerais
- George Washington de Moraes 43



C & T
Modelos agrícolas e a degradação do ambiente no Brasil
- José Pires de Lemos Filho 46



E N S A I O
Verdades e mentiras em disputa entre a mídia e o presidente
- Maria Céres Spinola Castro 51

Compromissos para a construção de um saber transformador
- Francisca Santos Gonçalves 64



C U L T U R A
Graciliano Ramos se revela através de suas "Cartas"
- Vera Lúcia Casa Nova 73

Belo Horizonte dos anos 20 discute a pecha de futurista
- Maria Zilda Cury 80

Reflexões sobre a questão do cinema latino-americano
- Evandro José L. da Cunha 85



E X T R A
Charge
- Lor 90

Anarquia
- Marcus Bacamarte 91

EDITORIAL

Consolidando caminhos de luta para mudar o país e a universidade

Com esta edição, **Caminhos** chega ao nº 6, marco considerado venerando em publicações similares.

O projeto inicial de ser "uma publicação semestral voltada à reflexão dos mais variados temas atinentes à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias", concretizou-se sem sobressaltos maiores.

A pretensão de tornar-se um veículo através do qual os professores pudessem falar de suas perplexidades individuais ou dizer o que pensam e o que sentem e, sobretudo, o que querem como coletividade, consubstanciou-se.

As instituições, os empreendimentos, a vida de uma revista nascem da necessidade de perspectivas de uma ação compartilhada, que se enriqueça e se modifique com o passar do tempo.

Com este número, de certa maneira, passamos de uma fase dionisíaca inicial, meio instintiva, cheia de entusiasmos e de alguns excessos, para uma fase apolínea, mais equilibrada, mais comedida e mais institucionalizada. Agora, somos parte de um Departamento Cultural, sob a égide do qual nos conduzimos.

Retiram-se, nesse momento, os dois últimos remanescentes do 1º Conselho Editorial. A revista se renova e se consolida sem perder, porém, certo ar de "estado nascente", mantido principalmente

pela diversidade e qualidade de seus articulistas.

Muda o País. Muda a revista. Delineiam-se outros contextos que nos induzem a repensar nossa forma de luta e de convivência, para que mude também a Universidade que queremos. Aquela mais solidária, mais competente e mais comprometida com a construção de um País mais livre e mais justo.

Antenados ao aqui e ao agora de nossa vida social, os autores contemplam nas suas reflexões a temática da Ética e da Política, sugerida, talvez desnecessariamente, pelo corpo editorial.

Problemas como o do "impeachment", as questões do parlamentarismo versus presidencialismo, das relações da Ciência com o Trabalho e a Cidadania, do liberalismo e da corrupção, da dependência, decadência e identidade cultural, das preocupações com a implantação das políticas agrícolas, da ideologia subjacente às práticas pedagógicas, do contraponto entre o discurso presidencial e o da mídia, são abordados sob essa ótica e nostalgicamente sintetizados nas matérias da sessão Extra (Poema e Charge).

A análise dos textos apresentados permite inferir que: demos um primeiro passo para resolver o mal-estar social do País; os governantes devem ser administradores a serviço da sociedade, sendo sua tarefa precípua assegurar a prosperidade e o bem-estar dos cidadãos; se os dirigentes atentam contra a propriedade, a liberdade e a justiça, os cidadãos têm o direito de se insurgir e, eventualmente, o depor; a ética é uma exigência social que se transforma em direito.

Não é à toa que essas assertivas constituem, coincidentemente, a essência do que se convencionou chamar de democracia.

A proposta rousseauniana de transformar seres egoístas, insaciáveis, invejosos, que lutam pelo poder, em cidadãos amantes da paz, respeitadores da lei, que agem no interesse de todos e não só do proveito pessoal, biologizou-se recentemente. Está no ar a polêmica acerca das bases biológicas do comportamento e suas possíveis repercussões na primazia dada a esse agente superorgânico, a cultura.

Quanto do egoísmo ou altruísmo humano é aprendido na sociedade, quanto está armazenado nos nossos gens, é matéria de ardorosos debates, freqüentemente carregados de alto componente político e social. Não devemos esquecer que o colonialismo apoiou-se fortemente no darwinismo social, uma deturpação da teoria da evolução, e que a sociobiologia humana, com toda uma roupagem ideológica reacionária, tem sido utilizada pela "nova direita" como justificativa para o racismo, o fascismo ou o conformismo em relação à ordem social.

Admitir, porém, a prevalência dos fatores hereditários no desempenho de nosso comportamento social não implica em renunciar à tarefa de fazer da escola um instrumento para contrapor a influência negativa de nossos gens egoístas. Por outro lado, a aceitação das teses ambientalistas só deveria reforçar a convicção de que

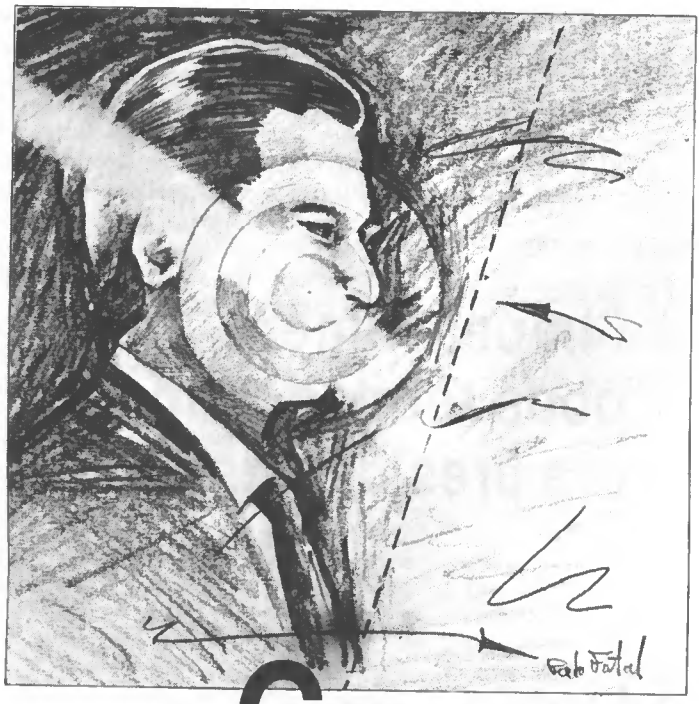
podemos contraditar as idéias e costumes egoístas de nossa cultura. A educação seria a arma para enfrentar essa tirania que nos foi imposta no passado, seja por nossa natureza, seja por nossa criação.

Não tenhamos dúvida: expressamos como indivíduos ou como sociedade apenas um diminuto subconjunto do que somos capazes. A Biologia e as Ciências Humanas estão à espera de seu Cristóvão Colombo para revelar melhor suas interfaces e permitir uma compreensão mais profunda da natureza humana e de suas manifestações sociais. Esse é um desafio a ser enfrentado por certas instituições e por certos profissionais, ambos submetidos a (in)explicável descaso de seus governantes.

Um dos articulistas deste volume comenta as "Cartas" de Graciliano Ramos, autor cujo comportamento poderia servir de reflexão a muito dirigente, no tocante às relações da Ética com a Política. O velho Graça poderia constituir-se também em receita para muitos de nós, professores, jornalistas e políticos, profissionais do discurso balofo, retorcido, ocultador da verdade, quando não simplesmente confuso.

Outras cartas que tratam do papel da Ética e da Política na vida social poderiam ser lembradas. As de Mário de Andrade e as "Cartas Persas" de Montesquieu, por exemplo. Um trecho destas últimas:

"... Começais a sentir a virtude como um fardo. Na condição em que viveis, sem chefe algum, tendeis a ser virtuosos, a despeito de vós mesmos... Mas esse jugo vos parece demasiado duro; preferis submeter-vos a um príncipe e obedecer a suas leis, que serão menos rígidas que vossos costumes. Assim podereis satisfazer vossa ambição, adquirir riquezas e enlanguescer em covarde volúpia..." Tão Brasil!



CONJUNTURA

■ Numa análise do "impeachment" do presidente Collor e das movimentações que levaram a juventude novamente às ruas, o professor Domingos Giroletti antevê o fim do presidencialismo no Brasil

DOMINGOS GIROLETTI

"Impeachment" pode ter dado fim à era presidencialista

Os historiadores costumam distinguir os processos históricos de longa dos de curta duração. Os primeiros referem-se àquelas transformações sociais mais profundas, levadas a efeito de forma lenta e quase imperceptível, mas que redundam, ao final de muitos anos, na superação das velhas estruturas e na criação de novas. Os fenômenos de curta, no entanto, pertencem ao domínio dos acontecimentos: golpes de estado, mudanças de governo, processo de "impeachment". Sucedem com rapidez. Refletem a criação incessante da história, em que cada episódio é único e singular.

A conjuntura que vive o Brasil pode ser caracterizada pelo fim conjuminado de dois períodos históricos de duração diferente. Nesta perspectiva, o "impeachment", fenômeno de "conta curta", encerra o ciclo do regime militar de 1964, ao representar um sério golpe contra a corrupção e a impunidade, duas características exacerbadas pelo autoritarismo e que a ele sobreviveram. Estas duas práticas foram levadas ao paroxismo no governo Collor, com graves conseqüências para a vida política nacional. Simultaneamente, o movimento social e político pró-impedimento, aliado ao desgaste do presidencialismo que a ele sobreveio, aponta para a adoção do projeto parlamentarista no País, como seu desdobramento provável. Nesta hipótese, estar-se-ia vivendo a conclusão de um período de longa duração, o fim de 103 anos de História da República Presidencialista no Brasil.

A supressão da democracia pela ditadura militar teve conseqüên-

cias as mais adversas para o desenvolvimento de nossas instituições e de nossas práticas políticas. A violência e a repressão arbitrárias, praticadas contra os cidadãos com objetivos políticos, foram suprimidas. As liberdades, conquistadas aos poucos pelos diversos movimentos de resistência, viabilizaram a volta ao Estado de Direito. São memoráveis as campanhas pela Anistia, pelas Diretas e pela Constituinte. A despeito da transição para o governo civil, a corrupção, que encontrou terreno fértil na ditadura, manteve-se na administração pública federal, estadual e municipal, generalizando-se, com honrosas exceções, da cúpula ao contínuo. E o clima de impunidade, a despeito das denúncias de corrupção nos três níveis, não sofreu solução de continuidade com a volta ao regime democrático.

A corrupção não começou com os militares mas se alastrou em proporções geométricas durante a ditadura, devido ao silenciamento imposto à oposição pela repressão, pela cassação de mandatos, pela violação dos direitos civis e políticos e pela censura à imprensa. O acobertamento do governo autoritário às práticas de corrupção (quando o denunciante era o punido) criou a certeza da impunidade entre os áulicos do poder. A cobertura política aos delitos contra a administração pública estendeu-se aos crimes comuns praticados por determinados membros da elite ou da casta militar. Quantos processos foram arquivados e quantos criminosos foram absolvidos sem julgamento? O desprestígio atual do Poder Judiciário foi construído durante o regime autoritário, quando o peso das armas fala mais alto do que a força da lei.

O desprestígio atual do Poder Judiciário foi construído durante o regime autoritário, quando o peso das armas falava mais alto que a força da lei

Não se deve esquecer que foi durante a ditadura que o consumo de drogas generalizou-se no País e que as grandes quadrilhas de traficantes se formaram com o aval, conivência ou omissão do regime. Nela, a "lei de Gerson" tornou-se uma das marcas nacionais, tão popular quanto o futebol e a seleção brasileira tricampeã do mundo. Consagrada a esperteza, o levar vantagem em tudo virou aforismo moral, usado amplamente pelos governantes e seus apadrinhados, pelos setores empresariais e pelos "novos ricos". Grande parte dos políticos que nos governam foi formada nesta escola, com as honrosas exceções daqueles que, por terem "ódio e nojo pela ditadura", a ela se opuseram.

A campanha para a presidência em 1989 fez do combate à corrupção o centro do embate eleitoral. O povo demonstrou pelo voto nos dois turnos que sua eliminação era percebida como um dos maiores problemas do País. Dela dependeria a solução dos demais.

O discurso da moralidade tornou-se a bandeira que elegeu Collor presidente. Os eleitores de Lula, além de uma administração ética e competente, apostavam em outras mudanças mais profundas. A moralidade, o saneamento da administração pública e a modernidade foram as palavras de ordem de diversos candidatos que calaram mais agudamente nos vários segmentos da sociedade, especialmente entre os "descamisados".

Durante a campanha, em particular, as advertências contra a adesão oportunista de Collor às bandeiras da moralidade e da modernidade de nada valeram para a maior parte do eleitorado. Argumentar que era um político menor, como tantos outros, não teve a ressonância social desejada. Debalde foram as considerações sobre sua origem, uma oligarquia tradicional, braço civil de sustentação do regime militar. Igual destino tiveram as reflexões a respeito de sua intimidade com o poder autoritário, que o tornaram um jovem genioso, mimado com os privilégios de uma família de posses e acostumado às benesses de filho de político apoiador do regime. As denúncias de seu envolvimento no consumo de drogas e em outras atividades menos nobres foram vistas como "diabruras" da mocidade. As lembranças mais recentes sobre a prática de corrupção e a malversação dos recursos públicos na Prefeitura de Maceió e no Governo de Alagoas foram tidas como infundadas ou como estratagema eleitoral dos adversários.

Hoje, depois da CPI, sabe-se que a prática de corrupção desenvolvida na administração biônica de Maceió e no Governo de Alagoas, somada à experiência da impunidade, dera ao jovem político mais desenvoltura. O respaldo conivente das elites empresariais ou em posições de mando na esfera pública, usufrutuárias diretas ou indiretas do assalto aos cofres públicos, serviu-lhe de incentivo. Para a desgraça da Nação, seu prestígio político cresceu numa conjuntura marcada por um vazio de liderança e pela falta de comando no governo Sarney, como sucedâneo de diversas frustrações populares que se vieram acumulando desde a campanha das Diretas até a morte de Tancredo Neves. No embalo da mídia e do "marketing" político, foi transformado, em pouco tempo, no herói providencial, um administrador modelo, um jovem moderno, "caçador de marajás", destinado a salvar o País da miséria.

O "salvador nacional", redentor dos descamisados, viria de outra Belém, um pequeno estado pobre do Nordeste. Não seria, porém, uma pessoa humilde. Descendia da elite, cevada no Centro Sul, moderno, urbano e industrial. Estava mais para um "Indiana Jones" a vencer o atraso com golpes de modernidade. A vitória nas eleições presidenciais, dando-lhe o comando do País com um PNB anual de 350 bilhões de dólares, incendiaria sua ambição desmedida. Os jardins da Casa da Dinda revelaram à Nação a dimensão de sua megalomania.

A CPI que investigou as atividades de Paulo César Farias, ao mostrar a ponta do "iceberg" da corrupção no Brasil, desvendou que este cancro de elite, a minar moralmente a sociedade por dentro e a sugar a vitalidade da economia e o suor de milhões de brasileiros, havia atingido

o ápice do seu desenvolvimento. Diante da extensão do fenômeno e dos valores mobilizados, rejeita-se como simplista a tese que reduz o combate à corrupção e à impunidade a um viés moralista do tipo praticado pela UDN no passado. A corrupção no Brasil extrapolou, em muito, os limites do tolerável. E o clima de impunidade impelia a sociedade para a ingovernabilidade e para a desobediência civil generalizada, não fosse a autorização para o "impeachment".

A corrupção estava destruindo a "camada de ozônio" protetora da vida social no País. Uma sociedade politicamente organizada não subsiste sem as virtudes cívicas e morais que formam o núcleo do consenso básico, fundamento da nacionalidade e do convívio social. Além disso, o poder e o governo legitimamente constituídos devem promover os valores da cultura, da honestidade e do trabalho como seus princípios norteadores. Fora disto, será o caos e a barbárie. Não estaria a Universidade Brasileira, ao restringir-se à tecnicalidade do conhecimento científico e tecnológico, perdendo seu papel civilizatório herdado da Renascença, do Iluminismo e do Humanismo? Qual tem sido a contribuição da Universidade para a superação da crise ético-política que se vive?

A corrupção é, ainda, um fator desestabilizador pelos seus efeitos econômicos, macroestruturais. O volume de recursos nos desvãos da corrupção, aliado à queda da arrecadação e à absorção da maior parte dos impostos para pagamento do serviço da dívida interna e externa, passou a comprometer a reduzida capacidade de investimentos do Estado. Um dos problemas mais agudos que a equipe do governo Itamar Franco enfrenta ao tentar pôr a casa em ordem é falta de disponibilidade de recursos para serem aplicados em investimentos sociais ou econômicos. Pela avaliação da nova administração, quase tudo do atual orçamento foi empenhado. A capacidade futura de investimentos já estaria comprometida.

A corrupção estava destruindo a "camada de ozônio" protetora da vida social no país

O prosseguimento das investigações revela os alvos preferidos da corrupção: os ministérios com maior orçamento para áreas sociais, a poupança dos trabalhadores, como o FGTS e os fundos de pensão. Tal sistema se alastrou tanto que até as áreas técnicas encarregadas da elaboração das planilhas de custos para subsidiar o reajustamento das tarifas públicas (como os índices para o transporte coletivo interestadual) foram objeto de extorsão. O povo usuário pagou o pato. Que dizer do sacrifício de milhões de brasileiros que viram sua poupança ser seqüestrada e os recursos do FGTS serem desviados da construção de casas populares para pagamento

de propinas? Que falar das agruras dos milhares de servidores públicos, humilhados em campanhas nacionais difamatórias, pela disponibidade ou demissão arbitrárias e irresponsáveis, ou pelo mais violento arrocho salarial contra eles já praticado? De que valeram tantos sacrifícios suportados de maneira estóica pelo povo mais pobre?

Durante o processo de "impeachment", o Congresso revelou um grau de maturidade nunca antes alcançado pelas nossas instituições democráticas, administrando uma conjuntura difícil que combinava crise política com recessão econômica, sem violência, traumas ou golpe de estado. Isto significa que o regime democrático saiu fortalecido no seu conjunto. Ao mesmo tempo, desnudaram-se alguns dos seus limites. A superação desses torna-se fundamental para que o regime democrático se consolide e se aprofunde no País.

As fragilidades são de ordem institucional, legal e administrativa. A despeito da aprovação do impedimento, as incertezas que a sociedade viveu sobre o desfecho do processo e a demora em processar a decisão de afastar o presidente, aliadas às manobras aéticas de Collor para se manter no cargo, expuseram de forma irreversível os defeitos estruturais do regime presidencialista. Ao longo do processo, cresceu na população a consciência de que o aperfeiçoamento e o aprofundamento da democracia entre nós passarão pela adoção do parlamentarismo.

As evidentes imperfeições de nossa legislação, especialmente a eleitoral, foram denunciadas publicamente pelo PC e pelo ex-deputado Curió. A legislação atual não coíbe o abuso do poder econômico nem consegue punir os infratores, senão com a perda do mandato. É por isto que a defesa de Collor, além de transferir a responsabilidade para o PC, aponta a "caixinha da campanha" como a origem de parte dos recursos a sustentar a Casa da Dinda. Para o julgamento de responsabilidade, o reconhecimento da prática de delito eleitoral não elimina, porém, a culpabilidade do presidente afastado, por se tratar de julgamento político. O estratagema valerá como atenuante no processo por crime comum.

A "caixinha" virou um meio corruptor a se somar ao jogo do bicho, ao tráfico de drogas e ao contrabando. Sua existência antes e depois da campanha permite, pelo tráfico de influência, a extorsão direta e a apropriação indevida de recursos públicos ou privados, mediante a cobrança de comissões milionárias pagas pelo caixa 2 das empresas privadas ou mediante a cobertura contábil de notas frias pela prestação de serviços fictícios. Em troca, as empresas seriam beneficiadas com a liberação de verbas ministeriais para pagamento de dívidas atrasadas; com a aprovação futura de licitações e de concorrências públicas; ou com a consecução de outros favores, como aumentos tarifários.

O desmonte do esquema PC revelou a fragilidade das instituições estatais de controle, de fiscalização ou de polícia no combate à corrupção, ao contrabando, ao tráfico de influência, à remessa de recursos ao exterior. Viu-se com que facilidade os recursos saem do País, não só em maletas cheias de dinheiro em

vôos de rotas clandestinas, sem controle ou fiscalização por parte da Fazenda. Desvendou-se um esquema articulado entre o tráfico de influência com o aval da Presidência e o contrabando de ouro, os empréstimos no Uruguai e o mercado paralelo de dólares.

As operações de "leasing" foram outro meio usado para "esquentar" os recursos extorquidos e para transferi-los para o exterior com "cobertura legal" do Banco Central e com acesso ao dólar comercial. O dinheiro "frio" do caixa 2, da campanha ou do contrabando (saído ilegalmente do Brasil) foi "esquentado" nos Estados Unidos mediante a abertura de empresas, cujos proprietários verdadeiros seriam o PC e Jorge Bandeira, usando como subterfúgio o nome de alguns testas-de-ferro, a ligação Eronildes/PC. Organizada a companhia, o dinheiro não só aparecia como podia operar legalmente naquele país, pagando os tributos devidos. Num segundo momento, a mesma empresa comprava aeronaves para serem alugadas a firmas brasileiras de táxi aéreo (a sociedade de Jorge Bandeira com PC). O contrato de "leasing", por ser feito entre companhias legalmente constituídas, podia ser registrado no BC. O pagamento pelo aluguel da aeronave era feito mensalmente em dólares (na cotação comercial) pela companhia brasileira que prestava serviços reais ou fictícios no mercado interno. A extorsão era paga por grandes empresas brasileiras que recebiam como comprovantes notas fiscais frias por serviços não prestados. Grandes somas de dinheiro do caixa 2 foram arrecadadas, desta maneira, durante e após a campanha. Parte significativa foi remetida ao exterior como pagamento superfaturado pelo aluguel das aeronaves ("leasing"). O lucro da empresa americana, pago o imposto de renda, estava legalmente apto a retornar ao Brasil como investimento, para a compra de apartamentos no exterior ou para ir para os seguros bancos suíços.

Durante o processo de "impeachment", o Congresso Nacional revelou um grau de maturidade nunca antes alcançado pelas nossas instituições democráticas

Uma vez montado o esquema descrito, tornava-se um mecanismo institucional e legal permanente a "esquentar" internamente o dinheiro "frio" do caixa 2 das grandes e médias empresas, da corrupção, do tráfico ou do contrabando, permitindo o envio de recursos para fora com a cobertura do BC. A CPI, ao apurar como o sistema funcionava, descobriu grandes fragilidades na nossa legislação e nas instituições de fiscalização fazendária ou de controle policial. Tais furos precisam

ser sanados. A legislação, revista, atualizada ou criada. O poder de polícia e de fiscalização econômica do Estado necessita ser aparelhado para coibir estes abusos que lesam a economia nacional e o patrimônio público.

De certa maneira, o estouro do esquema PC, causado pelo açodamento, imperícia e amadorismo do grupo que se escudava no clima de impunidade e na cobertura do poder imperial da Presidência, evidenciou a fragilidade da República. As primeiras denúncias que afloraram pareciam inverossímeis pela sua ingenuidade. "O enredo era simples demais para ser verdade". Não fosse a iniciativa do irmão do presidente, Pedro, descontente com a partilha e na defesa de seu espaço vital nas Alagoas, o esquema PC não teria sido detonado. A corrupção passava ao largo dos radares dos poderes públicos - do Congresso, do Ministério Público, do Ministério da Fazenda, do Banco Central ou da Polícia Federal -, que só reagiram depois das denúncias publicadas.

Todos estes órgãos do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário têm competência para tomar iniciativas no combate à corrupção, ao tráfico e aos outros delitos. Por que não o fazem? Falta de vontade política ou de legislação adequada? Por conivência? O diagnóstico que emerge do processo de "impeachment" é claro: nossas instituições públicas, individualmente ou no seu conjunto, foram incapazes de coibir a corrupção e de denunciar os corruptores. Durante a CPI, a "tropa de choque" beneficiária da corrupção tentou desfigurar o uso do sigilo bancário, único meio naquele momento para produzir as provas documentais que confirmassem juridicamente as denúncias. A corrupção está tão internalizada nos setores da elite que estes tentaram, sem sucesso, transformar um mecanismo constitucional de proteção ao cidadão de bem contra o autoritarismo estatal em expediente protetor de crimes cometidos por governantes contra o patrimônio público.

Os beneficiários da impunidade sofreram outro revés ao não conseguirem desqualificar os depoimentos do motorista ou das secretárias, usando um artifício classista para os impronunciar como inverídicos. Por serem trabalhadores, seus depoimentos não teriam a credibilidade dos "homens de bem" porque, na visão elitista, eram emitidos por interesses escusos do depoente ou a mando de terceiros. A Nação ficou perplexa não só com o conteúdo das informações prestadas por Eriberto França, mas também com sua motivação, o patriotismo. O compromisso com a Nação foi um fator a se contrapor ao clima de cumplicidade com a corrupção e a impunidade. Isto seria revelador de uma nova mentalidade ou de uma nova prática em curso no País?

Para o sucesso da CPI, vale destacar a participação da imprensa, que atuou pela primeira vez no País como "quarto poder". Praticando um jornalismo investigativo, as revistas semanais "Veja" e "Isto É" foram muito mais competentes na realização desta tarefa do que os grandes jornais diários de circulação nacional. A publicação da entrevista de Pedro Collor e do depoimento de Eriberto viabilizou a CPI, orientando-a na busca das provas documentais tão esperadas.

A sociedade civil teve também uma participação decisiva no impedimento. Na campanha das Diretas, a ida do povo à praça pública cindiu o esquema de sustentação do regime militar, possibilitando a transição, pela via indireta, para o governo civil. Agora, a mobilização popular afrontou o poder da Presidência da República e de suas verbas, empurrando o Congresso, especialmente os deputados indecisos, para a causa do "impeachment". A magnitude da mobilização popular surpreendeu a todos porque acreditava-se que a sociedade civil estava apática, desmobilizada, descrente e desencantada. Na sua promoção, as instituições reunidas em torno do Movimento pela Ética na Política, a imprensa, os setores organizados, os partidos e os intelectuais tiveram um papel de destaque.

Finalmente, a presença dos jovens nas ruas deu um tom de alegria e de generosidade ao movimento pró-"impeachment" que contagiou a todos. Ao irem para a rua, eles puseram fim a outra política truculenta do regime militar, que fechou a UNE e desbaratou o movimento estudantil e suas lideranças. A combatividade dos estudantes na luta pelo "impeachment" reatou os antigos laços dos moços com a política, o que a volta ao regime civil ainda não havia possibilitado. Resgataram por si próprios a representatividade nacional da UNE, a honra e a dignidade ultrajada da sua entidade, e se candidatam a se transformarem em celeiro formador de novas lideranças políticas. E a política volta a ser uma atividade digna, a embalar novamente os sonhos e a generosidade da juventude. Espera-se que este resgate, conquistado por eles mesmos, seja tão promissor na formação de novos quadros políticos quanto o fora no passado. O jovem que foi às ruas lutar pela ética na política será o homem público do ano 2.000.

O diagnóstico que emerge do "impeachment" é claro: nossas instituições foram incapazes de coibir a corrupção e de denunciar os corruptores

Múltiplas são as conseqüências do "impeachment", podendo fazer-se sentir a curto, médio e longo prazo. A mobilização poderá circunscrever-se ao afastamento do presidente. Em política, como na vida, nada está garantido; tudo depende do que se faça. Caso prossiga, poderá ser, porém, o início de uma nova era. Seus efeitos podem assemelhar-se a uma "minirrevolução" nos nossos costumes políticos. Como acontecimento, não teve aparência revolucionária de assalto à Bastilha nem de quartelada. Foi um movimento silencioso, pacífico, alegre e,

em grande parte, espontâneo, pela ausência de um único comando.

No movimento participaram vários setores organizados, com a predominância dos setores médios, pessoas indignadas e motivadas pela consciência cívica e pela convicção ético-política que as levou, no embalo da crise aguda, a reagir em defesa da moralidade e das instituições democráticas. O espontaneísmo do movimento precisa ser relativizado. A mobilização pelo "impeachment" não teria ocorrido se não houvesse as campanhas pela Anistia, pelas Diretas, pela Constituinte e a eleição direta para presidente em 89. Não se pode menosprezar o trabalho político realizado durante e após a ditadura por todos os segmentos sociais e pelos intelectuais em particular, nem diminuir a importância histórico-política dos atos destes setores no presente.

Algumas das conseqüências do "impeachment" já se fizeram sentir nas eleições municipais de 92. O índice de abstenções, votos nulos e brancos foi menor do que a proporção registrada pelas primeiras pesquisas de opinião, realizadas antes da votação do afastamento. Este comparecimento expressivo reforça as instituições democráticas, eleva o nível de comprometimento e a consciência do cidadão, dando maior legitimidade ao eleito. O desencanto com a política e os políticos cedeu lugar momentaneamente à esperança, à confiança na participação e no processo eleitoral. O resultado deste pleito definirá uma nova correlação das forças políticas e uma nova situação de poder que influirá na escolha dos governantes nas próximas eleições para presidente, governador, assembléias legislativas e para o Congresso. A extensão destes efeitos é impossível de prever no momento.

Se o "impeachment" não acabou com a corrupção e a impunidade, desfechou um golpe que pode ser mortal se as investigações continuarem e os culpados forem punidos, sem "jeitinhos", anistias ou acordos "pelo alto". Como não houve renúncia, o arquivamento do processo por crime de responsabilidade ou comum é uma hipótese cada vez menos provável. (A tese da renúncia tem seus maiores defensores entre os membros da quadrilha porque é a única alternativa de minorar as penas do PC, que foi diretamente responsabilizado por Collor e por Cláudio Vieira. A renúncia afastaria a possibilidade do PC ser incriminado sozinho ou as delações "interna corporis", uma hipótese cada vez mais provável na medida em que o cerco das investigações está-se afunilando.)

A negociação da renúncia do presidente afastado representaria a desmoralização geral das instituições e de seus dirigentes. As investigações contra Collor prosseguem no Senado, no Ministério Público e na PF. O processo contra o esquema PC desdobra-se em vários outros, na medida em que se apura a responsabilidade de novos líderes da quadrilha. Não falta ao governo Itamar vontade política para que a verdade seja apurada e os culpados, punidos. A exemplaridade da punição será outro fator de reversão do clima de corrupção e de impunidade imperante no País. Quando a lei vale para todos, as instituições saem fortalecidas. Ganham força, efetividade e legitimidade.

Pelo "impeachment", a sociedade civil reconquistou o poder de Es-

tado não dos militares mas de um presidente eleito por ela e que se tornara indigno do exercício do cargo. Este fato, para uma sociedade que estava acostumada a aceitar presidentes impostos, possui um valor simbólico incomensurável. Isto pode traduzir-se em confiança em si, nas instituições, nos políticos e na lei, crescendo as bases consensuais da sociedade minadas pela generalização da corrupção e pela impunidade. O Congresso, pela sua atuação e pelo respaldo popular, afirmou-se agora como poder autônomo e independente, adquirindo de fato uma prerrogativa que a proclamação da Constituição em 1988 lhe outorgara de direito.

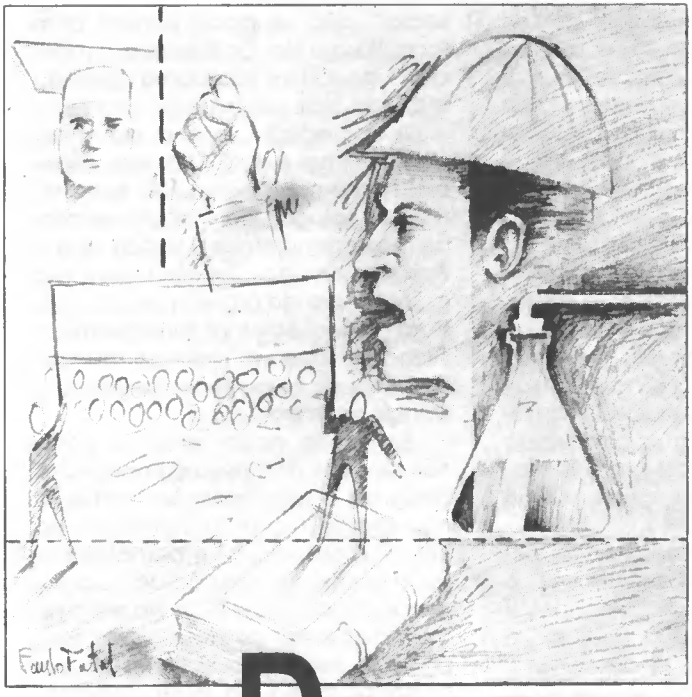
A atuação do Supremo Tribunal Federal aumentou, por sua vez, o prestígio social do Judiciário. É possível que, no imaginário popular, a percepção de um poder elitista, classista e mais político do que guardião da lei seja substituída pela imagem de um Judiciário competente, íntegro e zeloso defensor da lei e de sua aplicação universal. A sociedade deseja ver o Ministério Público funcionando. Quer confiar no Poder Judiciário, na sua autonomia e na sua independência.

Por fim, se os políticos estão interpretando a volta aos afazeres diários de cada um como desmobilização da sociedade civil, incorrem em grave erro. Esta já manifestou sua vontade e agora aguarda o julgamento formal do Senado. Poderá voltar novamente às ruas ao sentir que foi traída, não contra Collor mas contra os senadores, por terem fracassado no exercício da representação a eles conferida. Ninguém garante que a volta do povo à rua seja pacífica. Em clima de "arrastão social", não se pode brincar com fogo. Para a Nação Brasileira, o mandato de Collor já é uma questão resolvida. Não cabe revisão no mérito.

A sociedade espera do presidente Itamar e do Congresso, especialmente a Câmara, que encaminhem a solução para os graves problemas econômicos e sociais que o País vive. Os arrastões são uma mera advertência da gravidade da crise. Para muitos, estamos mais perto da África do que do primeiro mundo. Mas a situação pode ser revertida se se agir a tempo.

Espera-se novamente o povo nas ruas em 1993 para cumprir outro desígnio: a reformulação institucional, iniciada com a remoção do "entulho autoritário" e complementada com a aprovação da "Constituição Cidadã" de 1988. No próximo ano, dependendo da mobilização, pode-se estar dando mais um importante passo na institucionalização do regime democrático se o povo, em plebiscito, aprovar o parlamentarismo para o País. A consolidação do novo regime seria viabilizada pelo Congresso, ao promover as reformas eleitorais, partidárias e administrativas que dele decorrem. Com as instituições renovadas, a Nação Brasileira iniciaria um novo período de sua História, marcado, espera-se, por uma era de democracia e de prosperidade, com maior igualdade social.

Domingos Giroletti
Professor do Departamento de Ciência Política da FAFICH/UFMG



DESAFIOS

- A professora Magda de Almeida Neves discute as relações da ciência com os trabalhadores e relata uma experiência de trabalho conjunto entre a Universidade e o movimento operário
- Outro desafio que se coloca para a sociedade brasileira é incorporar em todos os níveis os valores éticos contidos nos textos legais, conforme avalia o professor José Luiz Quadros de Magalhães

MAGDA DE ALMEIDA NEVES

Ciência e trabalho unidos na defesa da cidadania plena

O conhecimento científico é produzido em diversas instituições deste País. Entretanto, as universidades públicas têm cumprido um papel muito importante neste contexto, realizando 90% das pesquisas que se efetivam hoje no Brasil. Além destas atividades, as universidades cumprem também as funções de ensino e de extensão, formando, portanto, com a pesquisa, um conjunto integrado de produção do conhecimento e repasse desse próprio conhecimento à sociedade.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, foram consagrados e definidos dispositivos constitucionais que há muitos anos fazem parte da luta dos docentes das universidades públicas federais:

- a defesa da educação como direito de todos e dever do Estado, garantindo seu caráter público;

- os três objetivos da educação - o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho - que transformaram a Universidade numa instituição voltada para o serviço da comunidade;

- a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar;

- o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;

- a gratuidade do ensino público e a garantia de qualidade.[1]

Sabemos, contudo, que, nos últimos anos, a Universidade tem passado por momentos difíceis, o que se agravou no governo Collor, atingindo índices alarmantes, denunciados por diversas instituições e cientistas - e pela própria SBPC.

Como demonstra a reitora da UFMG, Vanessa Guimarães Pinto[2], ocorre uma escassez cada vez maior

de verbas para gerir o funcionamento das universidades. A UFMG deixou de receber cerca de 25% do orçamento de 1991 e,em 1992, no quarto mês do ano, apenas 35% dele foram implantados, e a liberação de recursos estava em apenas 4%. Também os salários de professores e funcionários vêm sofrendo acentuado achatamento, conforme provam os dados apresentados pela reitora: em fevereiro de 1990, as despesas com pessoal docente eram de 12,3 milhões de dólares, caindo para 6,6 milhões em dezembro de 1991, incluindo aposentados e pensionistas. Além destes fatos, a redução drástica de verbas para execução de pesquisas e as ameaças ao ensino gratuito e à autonomia da Universidade, a partir das emendas propostas pelo governo, que modificam a Constituição de 1988 em pontos nodais, têm provocado uma crise sem precedentes na história das universidades públicas.

No meio de toda essa crise, professores, funcionários e alunos que formam a comunidade universitária experimentam um sentimento de desânimo, insatisfação e perplexidade. Interrogam-se sobre os caminhos percorridos, de resistência à ditadura militar, em defesa da ciência, da liberdade de expressão e da produção do conhecimento, nos quais a SBPC desempenhou um papel de vital importância e, posteriormente, na contribuição cada vez mais acentuada para a construção da democracia e o fortalecimento e aprimoramento da produção do saber nas suas diversas áreas.

Nos debates que têm acontecido nas universidades e em fóruns do movimento docente, tem surgido a certeza da necessidade de se repensar a Universidade - nos seus mais diferentes campos - e enfrentar questões e desafios de ordem estrutural, sendo um dos pontos mais polêmicos deste debate o da **autonomia universitária.**

Não obstante a crise e a perplexidade vividas no seio da Universidade, é fundamental que ela redimensione e aprofunde um dos seus princípios constitucionais - o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho - que transformou a Universidade numa instituição voltada para o serviço da comunidade.

A história da Universidade e sua própria existência só têm sentido nesta interação com a sociedade. Na verdade, ela é uma das instituições da sociedade e tem sido mantida por verbas públicas e, por isso mesmo, tem que dar uma resposta também neste sentido, o que tem sido realizado através da pesquisa, ensino e extensão.

Conhecimento e cidadania

A Universidade, como produtora de conhecimento, vive hoje também outro grande desafio: como contribuir efetivamente para a construção de um espaço público democrático no Brasil, para a conquista de direitos e a afirmação da cidadania? O papel da Universidade, neste sentido, seria estabelecer, da forma mais ampla possível, ações que permitissem o acesso ao conhecimento também a setores submetidos à desigualdade social de forma mais contundente e, por isso mesmo, com pouco ou quase nenhum acesso a este saber. Dessa maneira, contribuiria para a ruptura

do processo de exclusão e tutela ao qual vêm sendo submetidas as camadas populares.

Na proposta da mesa **Ciência e Movimento Operário**, no último encontro da SBPC, estudos pioneiros e significativos como o dos professores e sociólogos Albertino Rodrigues e Azis Simão, além de muitos outros realizados posteriormente, alimentaram a reflexão sobre o trabalho e a classe trabalhadora, e os movimentos sociais no Brasil.[3]

No final dos anos 70, os movimentos sociais e o movimento dos trabalhadores redimensionaram a noção clássica de cidadania e de direitos, cuja definição baseava-se no direito à representação pelo voto e às garantias e liberdades civis. A questão da cidadania foi ampliada pelas idéias de igualdade, justiça social e liberdade e, com isto, ampliou-se a idéia de participação política, colocando em cena o que posteriormente Maria Vitória Benevides vai definir como "cidadania ativa"[4].

Configuraram-se, portanto, neste cenário, novas formas de ação política, aquilo que H. Arendt definiu como "natalidade", como o "começar de novo", este movimento que os indivíduos imprimem à história afirmando a sua liberdade e a sua autonomia[5].

Dessa maneira, como homens e mulheres políticos, pela ação e pelo discurso, fizeram emergir no espaço público experiências múltiplas e diferenciadas, portadoras de um novo significado de cidadania[6]. Neste contexto, a marca deste momento foi a fundação de um outro tempo, ruptura com a continuidade da dominação autoritária e da exclusão das "classes populares" da participação política e construção de uma nova ordem democrática - que unia direitos políticos e sociais.

Neste movimento, recuperam-se, nas Ciências Sociais, os enfoques que enfatizaram a importância da vida cotidiana, da vida social - e a cidadania começa a ser pensada em termos coletivos, pelas diferentes práticas dos sujeitos individuais, que politizam o cotidiano e instauram uma prática de criação de direitos - tornando-se assim um sujeito de direitos[7].

É fundamental que a Universidade aprofunde seu princípio de pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho

Na multiplicidade das experiências que se afirmam no espaço público, os trabalhadores, neste período, politizam a fábrica, ocupam as praças e as ruas e questionam a estrutura sindical corporativa, tentando construir o "Novo Sindicalismo". Denunciam as condições de trabalho a que estão submetidos e organizam práticas de resistência

nos locais de trabalho, renovam a estrutura sindical, pautando-se pela reivindicação de liberdade e autonomia sindical.

Toda esta nova dimensão da sociedade civil, levada a efeito pela ação política de sujeitos plurais, vai ter conseqüência na representação elaborada pelas Ciências Sociais sobre os trabalhadores. Rompe-se com a imagem de classe atrasada e com as práticas instituídas, para se analisar "as práticas sociais e políticas dos trabalhadores como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade brasileira"[8].

Por outro lado, a relação ciência e movimento operário começa a trilhar outros caminhos, pautando suas análises pela recuperação da noção de sujeito, que pressupõe o reconhecimento de singularidade e diferenças através da ação e do discurso.

No final dos anos 70, começam a surgir pesquisas, textos e livros sobre o processo de trabalho e o cotidiano fabril, onde os cientistas sistematizam e elaboram análises, apontando para uma nova realidade, marcada pela emergência de ações políticas fora das instituições políticas instituídas.

Incorporam-se à análise os aspectos simbólicos deste universo, onde os trabalhadores reelaboram as categorias que lhes são impostas; os aspectos políticos do cotidiano fabril, visto agora como espaço de enfrentamento e de resistência, e não só da produção econômica e da dominação; os aspectos constitutivos mesmo do processo de trabalho, as preocupações com as mudanças tecnológicas e organizacionais e suas conseqüências para o trabalhador no nível do emprego, da qualificação, da saúde e do salário; as formas como os trabalhadores vivenciam o espaço fabril e a construção de suas experiências; as igualdades e as diferenças que marcam as relações entre homens e mulheres e a divisão sexual do trabalho; as diversas análises sobre o Novo Sindicalismo e os estudos que apontam a relação entre trabalho e bairro, fundamentando toda uma linha de pesquisa sobre o "modo de vida" dos trabalhadores, redimensionando a questão da cultura e sua relação com a política.

Neste contexto, a sistematização da produção do conhecimento, alimentada tanto pelas questões teóricas quanto pelos acontecimentos históricos, vive dois movimentos interligados. O primeiro constrói análises sem excluir as multiplicidades e as singularidades das experiências individuais e coletivas e sem "perder os laços com o lugar e o tempo de sua origem"[9]. O segundo contribui para repensar a cidadania e a construção do espaço público democrático.

Mas a consolidação da democracia, a reafirmação e a ampliação de direitos e sua regulamentação não têm sido tarefa fácil neste início dos anos 90, marcado pela violência, desemprego, inflação persistente, escândalos administrativos e a abolição das fronteiras entre o público e o privado, reduzindo as fronteiras da ação sócio-política do Estado e trazendo, em contrapartida, o enfraquecimento da sociedade civil[10].

A resposta da ciência a estas questões tem ocorrido das mais diversas maneiras, e um dos marcos desta contribuição foi a organização do seminário, em 1991, intitula-

do "Ética e Política", recolocando as bases da primeira para o bom desempenho da segunda.

Além desta, muitas outras atividades vêm-se instituindo nesse sentido, procurando resgatar e dar continuidade às experiências e aos significados surgidos entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, que nas palavras de W. Benjamin revelam "um passado pleno de agoridade, aquele que fulgura num instante de perigo, que se realiza no presente apontando para o futuro"[11].

Neste contexto, a Universidade e as instituições de ciência têm que ampliar sua atuação no sentido de colaborar para reafirmar a manutenção de um espaço de reconhecimento dos direitos dos indivíduos, "de uma cidadania coletiva, fundada em práticas que se transformam constantemente"[12].

Em Minas Gerais, este objetivo vem-se concretizando numa experiência de intercâmbio entre profissionais da Universidade e a Escola Sindical 7 de Outubro, fundada em 1987 e inaugurada no dia 26 de junho de 1990 como "uma expressão simbólica e institucional do movimento operário e sindical cutista e da solidariedade que têm trabalhadores italianos e brasileiros"[13].

Desde o início dos anos 80, um grupo de dirigentes sindicais mineiros já tinha como projeto a construção de uma escola sindical em Minas, com o objetivo de "recuperar a experiência operária e socializá-la, unindo, através da formação, a vida cotidiana com a ação sindical. Esses dirigentes estavam ligados a um projeto de liberdade e autonomia sindical que pressupunha a capacidade de pensar sobre si mesmos e sobre sua própria ação, mas que não excluía o intercâmbio e a articulação com setores da sociedade que, por sua opção política, seu saber profissional e sua solidariedade, pudessem colaborar com os trabalhadores na reflexão sobre sua experiência histórica e numa organização mais sistemática de sua ação política." [14]

A Universidade e as instituições de ciência têm que ampliar sua atuação para reafirmar o reconhecimento dos direitos dos indivíduos, de uma cidadania coletiva

Neste mesmo período, surgia na Universidade a idéia de formar um núcleo de estudos que reunisse os professores, alunos de graduação e pós-graduação e técnicos que vinham realizando pesquisas na área do Trabalho. Criado em 1985, o NESTH (Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano) vem-se firmando, desde então, como um grupo temático interdisciplinar, que desenvolve atividades acadêmicas nas áreas de docência, de pesquisa e de extensão, que integra e dinamiza a Universidade, conciliando o avanço ci-

entífico especializado com o compromisso da transformação social. A criação do NESTH visava dois objetivos fundamentais: possibilitar a interdisciplinaridade das pesquisas e atividades de extensão com o tema "trabalho humano" e estabelecer intercâmbio com instituições afins.

As formas organizativas de intercâmbio deste núcleo de pesquisa com a sociedade civil foram sendo gestadas progressivamente.[15]

Inaugurou-se no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da UFMG o Ambulatório de Doenças Profissionais, em contato permanente com os sindicatos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Através das pesquisas em andamento, foram implementadas assessorias a organizações de trabalhadores.

A preocupação com as inovações tecnológicas deu origem, em 1988, a um seminário estadual no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (SINTTEL-MG), que reuniu professores e sindicalistas. Outras atividades com este objetivo foram realizadas posteriormente. Como conseqüência destas atividades, o NESTH, em 1989, formou um convênio com a Escola Sindical 7 de Outubro, dando um passo significativo para sua consolidação como núcleo interdisciplinar.

Os 20 pesquisadores envolvidos no NESTH consideram que a questão do trabalho não pode ser vista como tópico isolado, mas deve ser pensada em todos os seus elementos teóricos e históricos, envolvendo todo o conjunto das disciplinas do saber. A proposta do núcleo organiza-se atualmente em cinco áreas de pesquisa: Inovações Tecnológicas e Organizacionais; Saúde e Trabalho; Gestão e Trabalho; Trabalho e Política; e Relações de Gênero e Trabalho.

Desta maneira, através do NESTH, Universidade e Escola Sindical 7 de Outubro vêm mantendo um diálogo profícuo e enriquecedor no compromisso de contribuir para a consolidação do espaço público democrático e da cidadania.

Com este objetivo, a Escola Sindical 7 de Outubro, na sua concepção político-pedagógica, pretende estabelecer uma ação educativa que vise o pleno desenvolvimento das potencialidades dos dirigentes sindicais e trabalhadores, enquanto indivíduos, trabalhadores, sindicalistas e cidadãos.

Em consonância com a política de formação da CUT e pautando sua ação educativa pelos princípios de liberdade e autonomia, a escola vem consolidando intercâmbios e cooperações que desempenham papel fundamental no projeto de formação ali executado. Os convênios estabelecidos não só com o NESTH-UFMG, como também com o CESIT- UNICAMP, o DIEESE, o ISCOS, o ILDES, o CEDI, a FASE e o SINTTEL vêm criando a possibilidade de uma troca de experiências de enorme potencial[13]. Tal concepção de programa formativo - e de um conjunto de programas articulados entre si - favorece o aprofundamento das relações com o movimento sindical, permite uma cooperação fecunda com a comunidade intelectual e as entidades de apoio, fazendo com que a Escola 7 de Outubro seja também uma instituição produtora de conhecimento.

A Escola vem organizando seu processo de formação através da implementação de sete programas que, no seu conjunto, abarcam de-

safios e metas estabelecidos pelos congressos e demais instâncias deliberativas da Central: processo de trabalho; formação de trabalhadores rurais; planejamento e administração sindical cutista; negociação coletiva; concepção, estrutura e prática sindical; formação sindical; e sindicato e sociedade.

Em quase todos estes programas, a relação com profissionais de outras instituições vem-se concretizando e enriquecendo a experiência de formação da Escola Sindical 7 de Outubro, e mostrando também que a cooperação, no entanto, tem sido uma via de mão dupla com a participação de formadores da Escola em atividades conjuntas.

Em especial com o NESTH/UFMG, a atividade central desenvolvida tem sido no programa **processo de trabalho** - com ênfase na relação entre saúde e trabalho, como uma demanda proposta pelo próprio movimento dos trabalhadores, no sentido de superar a abordagem assistencialista da saúde, avançando rumo a uma compreensão desta problemática, e envolvendo uma reflexão mais sistematizada sobre condições de trabalho e saúde. Neste programa estão envolvidos médicos, psicólogos, sociólogos e cientistas políticos. Além deste, outros eixos temáticos estão sendo desenvolvidos, como o aprofundamento e discussão das inovações tecnológicas e organizacionais, com o objetivo de repassar o conhecimento sistematizado e adquirido através de pesquisas realizadas por professores do NESTH[14].

O que se pode constatar através desta experiência é que o diálogo da ciência com o movimento operário vem apontando para o fato de que falar de direitos significa reciprocidade e responsabilidade. Neste contexto, as instituições de ciência, na contribuição para a democracia e a consolidação da cidadania, devem ampliar as políticas de repasse para as camadas populares do saber produzido e instituído.

A questão do trabalho não pode ser vista como tópico isolado, mas deve ser pensada em todos os seus elementos teóricos e históricos

Se o compromisso com a sociedade sempre foi um princípio norteador da própria existência das universidades públicas, nesta época de crise é necessário revitalizá-lo e renová-lo, pois só assim a Universidade cria possibilidades para uma efetiva responsabilidade no fortalecimento do espaço público democrático.

BIBLIOGRAFIA

1. GIROLETTI, Domingos. A proposta MEC e o sonho da autonomia. In: **Caminhos.** Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, nº 3, jun. 1991.

2. PINTO, Vanessa Guimarães. Análise das quatro questões da crise da Univer-

sidade. In: **Caminhos** - Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte, nº 5, maio, 1992.

3. SIMÃO A. **Sindicato e Estado.** São Paulo: Ática, 1981. RODRIGUES, José Albertino. **Sindciato e Desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do livro, 1968.

4. BENEVIDES, Maria Vitória. **A cidadania ativa - referendo, plebiscito e iniciativa popular.** São Paulo: Ática, 1991.

5. ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Ed. Forense Unversitária, 1983.

6. SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro, 1988.

7. LEFORT, Claude. **Pensando o político** - ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

8. SADER, E.; PAOLI, Maria Célia. **Sobre as classes populares no pensamento sociológico.** In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica.** São Paulo: Paz e Terra, 1986.

9. CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia** - o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1991.

10. CHAUÍ, Marilena. O arcaico desejo de ser moderno. **Folha de São Paulo,** 15 de março de 1992.

11. BENJAMIN, W. As teses da história. In: **Obras Escolhidas I.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

12. PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania - experiência do mundo público na história do Brasil Moderno. **Estudos Avançados USP,** v. 3, nº 7, set./dez., 1989.

13. ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO. **Relatório de atividades,** janeiro 1990/dezembro 1991.

14. SCRECCIA, Alex. Escola Sindical 7 de Outubro. **Forma e conteúdo,** CUT, dez/ 1990, nº 3.

15. NESTH - Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano. **Relatório e programa de ação 91/92.** UFMG.

Magda de Almeida Neves
Professora do Departamento de Ciência Política - FAFICH/UFMG. Membro integrante do NESTH (Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano).

JOSÉ LUIZ QUADROS MAGALHÃES

Direito econômico deve incorporar a questão da ética

Importa à Universidade debater o problema da ética, a política e o direito

No momento em que expressivas camadas da população saem às ruas exigindo ética na condução dos negócios públicos, pedindo respeito por parte dos juridicamente colocados como representantes do povo em uma democracia representativa, a Universidade é lugar importante para se debater, sob diversos enfoques, a relação entre ética e política.

Entre os trabalhos sobre o tema, podemos destacar artigo do professor Artur José de Almeida Diniz, da Faculdade de Direito da UFMG[1].

A partir da leitura deste artigo, pretendemos explorar novos aspectos do tema, procurando um campo específico e bastante esclarecedor na conflituosa relação entre ética e política. Aqui o termo política não será assumido em sua acepção mais completa, mas de um ponto específico - em sua relação com o dado econômico, objeto de estudo do Direito Econômico: a política econômica e sua regulamentação.

Não esquecendo conceitos distintos que traçam o campo de abrangência da Moral, da Ética e do Direito, encontraremos neste último, e especificamente no Direito Econômico Brasileiro e na ordem econômica constitucional, a partir do ar-

tigo 170 da Constituição Federal de 1988, princípios que regem obrigatoriamente a conduta do Estado intervencionista e os valores que devem ser observados pelo Estado, pela empresa e pelo indivíduo, sujeitos das relações de Direito Econômico.

Estes valores condicionantes de toda atividade econômica são encontrados em normas distintas, todas de caráter obrigatório. Primeiramente encontramos as regras constitucionais em sentido restrito, aplicáveis a situações específicas e das quais podemos extrair importantes elementos que nos apontam para uma determinada conduta esperada pela Constituição. É exemplo desta regra o dispositivo limitador da taxa de juros reais em 12% ao ano, de onde se pode extrair um princípio a ser observado: a valorização das formas de ganho com o trabalho, em detrimento das formas de ganho sem trabalho.

Um segundo tipo de regra a ser observada são os princípios constitucionais - ou regras em sentido amplo - expressos na Constituição. Entre esses princípios encontramos, na ordem econômica, a valorização do trabalho humano, a dignidade da pessoa humana, a redução da desigualdade social, o pleno emprego, entre outros. São princípios de observância obrigatória no momento de elaboração de uma medida de política econômica. Impõem-se não apenas ao Estado, no momento em que este intervém no domínio econômico, seja regulando, seja exercendo atividade econômica. Também impõem-se ao particular, não como princípios "apenas" éticos (digo "apenas" pelo alcance das sanções morais), mas também jurídicos, com toda a força detida pelo Estado, embora seja maior a força da consciência popular.

Também estes últimos estão a nos apontar valores alternativos ao valor econômico do lucro. Neles há uma clara valorização do ser humano e do seu trabalho, tanto quanto da forma de ganho com o trabalho - o salário, colocado como valor primeiro, em detrimento do ganho com o dinheiro (os juros) e com a propriedade (a renda). Mesmo o lucro, forma de ganho assegurada pela ordem econômica neoliberal, encontra limites: além dos expressos, como a proibição de seu aumento arbitrário através da dominação de mercados, esbarra inevitavelmente nos princípios citados, que exigem conduta diferente dos sujeitos das relações econômicas.

O Direito Econômico ainda traz como condicionantes da realidade econômica as regras em sentido amplo, deduzidas ou extraídas da ordem jurídico-econômica e da realidade econômica e social. Neste ponto, a partir de um trabalho de interpretação legal, podemos encontrar várias outras regras que, embora não expressas, são deduzidas do texto da lei e da própria realidade econômica e social, cuja observância também é obrigatória, por ser reflexo do direito escrito (positivo aqui) ou por não poder a lei contrariar o dado da realidade econômica.

Finalmente, encontraremos um princípio ou valor maior, que condiciona todos os demais, chamado pelo professor Washington Peluso Albino de Souza, da Faculdade de Direito da UFMG, de "ideologia constitucionalmente adotada".

O reconhecimento da ideologia constitucionalmente adotada parte da idéia da existência de uma ideo-

logia própria do texto constitucional, o que se torna perceptível a partir da leitura de uma constituição eclética, como a maior parte das constituições modernas, entre as quais a Constituição brasileira de 1988. Nestes textos ecléticos que marcam o chamado constitucionalismo social, caracterizado por uma ordem econômica intervencionista, encontraremos por vezes regras que podem parecer conflitantes ou contraditórias, como se fosse permitida a opção entre um e outro princípio, gerando com isto uma diversidade interpretativa do texto positivo. Isso, entretanto, não ocorre com a freqüência e a amplitude imaginadas. É fruto de uma leitura incorreta do texto - produto de erro inicial grave face ao desconhecimento da ideologia própria da Constituição. Em síntese, devido à interpretação isolada de regras, se apontam ideologias aparentemente antagônicas, mas que no texto constitucional se combinam, de modo a detectar como resultante seu verdadeiro "espírito" intocável e inviolável.

A partir do conhecimento destas normas, é possível atuar sobre o dado econômico e modificá-lo, a fim de alcançar outros objetivos estabelecidos por valor alternativo àquele posto pela economia. Pode-se também encontrar todo um conjunto de condutas, impostas pelo Direito, cujo campo não é tão vasto como o da Moral e o da Ética.

A partir desse conhecimento, pode-se ainda encontrar a resposta legal a uma conduta ética. Esta nasce de uma exigência social, que vai transformar-se em Direito. Assim reconhecida, retorna à realidade social e econômica. Com sua força e generalidade, inclusive, poderá colocar-se, enquanto agente formador de cultura ética, como influenciador da realidade, não apenas por intermédio da força coercitiva do Estado, mas enquanto possibilidade real de atuar sobre as consciências, atingindo de forma mais profunda os campos da Moral e da Ética.

O que se coloca para o Estado hoje é: como fazer com que estes valores incorporados pelos textos legais retornem à sociedade como valores éticos a serem observados

Ética neoliberal

Assistimos, entretanto, com freqüência, ao confronto entre o Direito Econômico e uma nova ética neoliberal. Aquele é fruto não desta, mas das exigências expressas nas várias formas de luta da sociedade, visando a imposição de um Direito, ainda que parcialmente positivado, contra uma ética do capitalismo terceiro-mundista. Uma ética que aponta para uma conduta moral, em que a necessidade individual ou de

um grupo restrito se superpõe à social e justifica o desprezo para com o que está em volta. Uma ética estanque, do egoísmo, do individualismo alienante, a qual, por ser estanque, convive com a miséria, a fome, a opressão, e justifica a ganância. No dizer de Diniz: "A análise ética deve oferecer dados relativos ao comportamento humano e ultrapassar os limites estreitos dos sistemas políticos, subordinados estes ao sistema tradicional do poder, e oferecer uma possibilidade de julgamento dos atos praticados. Este julgamento apóia-se no Direito, enquanto ordenamento da conduta humana, tendo em vista a busca da proporcionalidade dos bens, da produtividade e, sobretudo, do trabalho social internacionalmente dividido[1]".

Como se vê, em nível internacional, o problema colocado da ética estanque se reproduz internamente nos grupos sociais. A problemática que envolve a falta de uma conduta ética geral no plano interno é hoje uma reprodução do que acontece nas relações da economia internacional que extrapola até os Estados nacionais.

Observa ainda Diniz que o Estado deve ser compreendido como algo imerso no sistema ético, donde são ordenadas as idéias mestras na comunidade e o ato de se comunicar. A crise que se identifica no Estado relaciona-se com a identificação do Estado com grupos que o dominam, para colocá-lo a serviço de seus interesses privados. A crise do Estado se compreende dentro deste "processo, sujeito a hierarquias que tendem ao domínio da comunidade internacional e ao desconhecimento da dignidade da comunidade interna de cada Estado. Este, ainda capaz de identificar os objetivos comuns de seus membros componentes, passa a ser dirigido por interesses estranhos a sua natureza, fruto dos desejos dos homens de um mesmo grupo social no seu interior[1]".

Importa que o Estado seja hoje o fiel retrato de sua lei fundamental e tenha o poder decisório de alocar valores às comunidades internas, completando o ciclo a que nos referimos. Ao Estado compete contemplar nas leis as reivindicações sociais, de modo a possibilitar o retorno de atendimento, fazendo valer a característica de generalidade que possuem as leis, especialmente a Constituição. Se possível, deve ir além de uma ética compartimentalizada, incorporando novos valores que superem e se sobreponham àqueles de um grupo dominante, mesmo que isto implique em enfrentamento com este grupo ou sua extinção.

O liberalismo, além de propósitos políticos, econômicos ou até mesmo político-religiosos, trabalha com a idéia do homem individualista e egoísta, não se propondo a modificá-lo, mas apenas a alterar sua ação sobre a realidade material que está a sua volta. Procura essencialmente satisfazer suas crescentes aspirações materiais, afastando-o da possibilidade de atuação sobre o seu ser. É, porém, um atuar reflexo das condições materiais ao seu redor.

Adaptando-se às exigências sociais de uma nova conduta ética, o capitalismo percorre caminhos que vão desde uma afirmação vigorosa de uma ética estanque, expressa no que se chamou de "darwinismo so-

cial", passando pela caridade, até a necessária incorporação de reivindicações socialistas para que fosse possível sua sobrevivência no início do século.

Podemos concluir que o que se coloca para o nosso Estado hoje é: como fazer com que estes valores incorporados pelos textos legais retornem à sociedade como valores éticos a serem observados.

O Direito Econômico trabalha com estes valores, em uma Constituição social-liberal,onde convivem princípios aparentemente antagônicos. Torna-se necessária a correta interpretação constitucional para se extrair a idéia-síntese, não sendo possível que se isolem princípios constitucionais. Estes têm que ser vistos dentro de um todo e interpretados dentro do objetivo da ordem econômica da Constituição - a construção de uma sociedade justa, onde seja assegurada a dignidade da pessoa humana. Estes princípios rompem com os compartimentos éticos do grupo dominante e são a única forma de começarmos o caminho de volta da norma jurídica. Esta deve generalizar estes valores como norma de conduta ética para todo o grupo social, com o estrito cumprimento da Constituição. Por sua vez, esta não pode ter sua aplicação prorrogada pelos tribunais, principalmente no que se refere à ordem econômica.

Para que o Direito possa influir numa nova ética geral, é necessário, em primeiro lugar, que seja corretamente interpretado, e posteriormente aplicado, o que passa pela necessidade insuperável de que o profissional do Direito tenha como seus os valores constitucionais.

REFERÊNCIAS

1. DINIZ, Artur José de Almeida - **O Direito, a Ética e a Política.** Revista da Faculdade de Direito. Belo Horizonte, UFMG, p.16-37., out. 1975

José Luiz Quadros de Magalhães
Professor da Faculdade de Direito da UFMG



DEBATE

- Os atos de corrupção praticados por Collor e seus amigos não foram acidentais nem isolados, mas, segundo o professor Délcio Vieira Salomon, tiveram sua origem no projeto neoliberal collorista
- A professora Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva mostra que as críticas ao ministro Gustavo Krause, por não falar inglês, refletem bem como a classe dominante usa a língua estrangeira
- O professor George Washington G. de Moraes fala sobre o fenômeno que leva Minas Gerais a ficar para trás em todas as áreas do desenvolvimento - tecnologia, indústria, comércio, cultura

DÉLCIO VIEIRA SALOMON

O neoliberalismo collorista na origem do "mar de lama"

"um halo em torno dos impulsos econômicos individuais do ethos capitalista moderno"
Max Weber

O XI Congresso da ANDES/SN, realizado em Cuiabá, ergueu para o Movimento Docente uma bandeira de luta face à conjuntura atual, confirmada pelo XXIV CONAD de Fortaleza e pelo III CONAD extraordinário. Trata-se, em síntese, de estabelecer a ruptura com o modelo neoliberal praticado pelo governo Collor e de tentar buscar políticas sociais que considerem os interesses da classe trabalhadora.

Enquanto aguardamos o "ato final" da crise do "Collorgate", com a expulsão e a condenação do presidente da República, importa evocá-la para início de uma reflexão sobre a relação entre o neoliberalismo "collorista" e a corrupção. Quer-me parecer que a ruptura com o neoliberalismo collorista se impõe não apenas ideológica e politicamente, mas, sobretudo, por motivos éticos e morais.

Os governistas e os defensores do mandato de Collor tentaram durante todo o tempo e por todos os meios repassar à opinião pública as seguintes versões da crise:

a) ela foi provocada por interesses da elite empresarial contrariados pela política neoliberal de modernização implantada pelo governo;

b) a reação por ela desencadeada veio ao encontro da "luta pelo poder" empreendida pelos partidos derrotados nas eleições presidenciais de 89;

c) a corrupção constatada pelas CPIs - sobretudo a do PC Farias - era combatida por Collor, sendo este combate seu principal compromisso público desde a campanha eleitoral, e por isso jamais poderia ser-lhe atribuída;

d) todos os atos de corrupção constituíam mero acidente, eram contingentes e quase sempre praticados por pessoas que abusaram da confiança do presidente.

A corrupção revela apenas a face traidora de Collor?

De outro lado, ao acompanhar os noticiários da imprensa, foi possível detectar uma vertente da opinião pública que identificou a série dos atos criminosos, cuja revelação deixou estupefata e indignada a Nação. Como "atos de traição do presidente": "Elle traiu 35 milhões de eleitores" - foi uma expressão-síntese desse sentimento de decepção e revolta. Entre os opositores que manifestam sua posição anti-Collor e defendem o "impeachment", tem predominado o discurso da indignação, em defesa da ética na política, pelo respeito à Constituição. Em minhas leituras, não encontrei qualquer análise relacionando os atos praticados pelo presidente e entourage com o próprio projeto político-econômico por ele implantado.

Na verdade, predominou a preocupação de individualizar a relação causal. A causa da corrupção estaria na pessoa de Collor e de seus asseclas. Um problema de responsabilidade criminal pertinente à esfera penal, de um lado, e política, de outro. Os atos praticados teriam como autor um corrupto ou no mínimo um paranóico, que fez da mentira e da ambição desenfreada mecanismos de defesa de seu imenso "ego", por ele sempre visto como ameaçado por inimigos reais ou imaginados. Eu mesmo cheguei a escrever um artigo (não publicado) intitulado "Fracasso ao triunfar". Tento mostrar que o comportamento de Collor se revelou paranóico pelo uso excessivo da negação. Apontei para a íntima relação de suas mentiras e reiteradas negações de atos a ele imputados com o comportamento de Lady Macbeth e de Rebeca Gamvik - protagonistas de obras clássicas da dramaturgia universal - selecionadas e analisadas por Freud no estudo do mecanismo de negação.

Ninguém nega a individualização de tal relação causal. Mas querer abstraí-la de seu contexto maior, o da ideologização, do sistema de valores em que se insere o "projeto collorista", é, na pior das hipóteses, uma concessão imperdoável a quem se propõe aprofundar reflexivamente a análise. Mesmo sem a pretensão de fazê-la com o rigor do método científico.

O MD jamais poderia aceitar as quatro versões da defesa de Collor acima apontadas, sobretudo a que afirma serem acidentais e contingentes os atos de corrupção praticados por ele, seus auxiliares e amigos no poder.

Admitir tais premissas é compartilhar com os que já propuse-

ram uma "saída honrosa" para o presidente: sua renúncia em troca do indulto. Verdadeiro acinte e trágica usurpação do inalienável direito do povo de exigir justiça e moralidade.

Sem a pretensão de estar sendo cientista político ou filósofo, chego a pensar na existência de forte relação entre o "neoliberalismo collorista" e os atos de corrupção detectados pela CPI e pela Polícia Federal, a partir da denúncia de Pedro Collor, o irmão do presidente. Chego a imaginar que o chamado "esquema PC" tem o sr. Paulo César Farias como testa-de-ferro, mas a autoria e a implantação são de uma equipe chefiada por Fernando Affonso Collor de Mello. Provavelmente o mesmo grupo que em Pequim montou a estratégia da vitória de Collor nas eleições presidenciais. As variáveis se relacionam de tal modo que é muito difícil admitir que os acontecimentos se associam por mera coincidência.

O que o grupo "collorista" entende por neoliberalismo

As raízes estão na concepção que o grupo tem de "neoliberalismo" e de "modernidade". Concepção verificável nos discursos formulados, caso se procedesse à análise-de-conteúdo metodologicamente indicada para este tipo de hermenêutica. Infelizmente, a exigüidade deste espaço não nos permite fazê-lo. Mas é uma hipótese válida de trabalho. Se a efetivássemos, certamente aprenderíamos quais "idéias levaram às ações" empreendidas por Collor e seu grupo no poder. E, em decorrência, aos atos de corrupção.

Quando se pensa em neoliberalismo, surge logo a idéia de renovação dos mesmos princípios do velho liberalismo, mas com a preocupação de manter suas raízes[1].

A renúncia do presidente em troca de indulto seria verdadeiro acinte e trágica usurpação do inalienável direito do povo de exigir justiça e moralidade

Por ser um sistema ao mesmo tempo político, filosófico e econômico, integra em sua concepção, sob a inspiração do ideal de liberdade, a representatividade política, a livre contratação no trabalho, a competição, a circulação de bens e mercadorias no mercado aberto, a livre negociação salarial, a mínima intervenção do Estado nas relações de produção.

O indivíduo está no centro do sistema. O ideal inspirador do liberalismo propunha defender as relações interindividuais a fim de que fossem efetivamente livres, sobretudo da imposição dos mais

fortes. Daí porque, como se sabe, o socialismo de certo modo bebeu nas fontes do liberalismo, ao defender a proposta de igualdade de oportunidades e a tentativa de operar a passagem da liberdade abstrata e formal para a liberdade real e material. Em nome do individualismo, se propõe o ideal do Estado mínimo, desde o velho liberalismo. Já no socialismo, esta reivindicação se faz em nome da liberdade e da igualdade, encaradas concretamente.

Em nosso século, muitos fatores levaram à fundação de sistemas economicamente coletivistas para se chegar política e socialmente ao Estado totalitário. Assim se diluiu a fronteira entre o Estado e a Sociedade.

Por outro lado, se havia a necessidade de contrapor-se ao Estado totalitário, reconhecia-se o valor da experiência social que afinal o tinha provocado. Destarte surgiu a reação com o objetivo e expurgar do liberalismo o excesso de individualismo e incorporar-lhe a experiência social. A tal movimento, desde o início, se denominou "neoliberalismo". Como tal, continua considerando insubstituível a iniciativa individual proporcionadora da economia de mercado. Na ordem política, defendem-se as liberdades formais, que não podem ser sacrificadas pelas liberdades materiais. Raymond Aron já dizia: "Em certo sentido, ao invés das tendências da moda, eu diria que as liberdades chamadas formais, pessoais ou políticas, longe de serem ilusórias, constituem indispensáveis garantias contra a impaciência prometeica ou a ambição totalitária".

O neoliberalismo não desconhece, mas também não enfatiza, a dimensão social do homem. A liberdade de mercado, por exemplo, é defendida não sob a ótica das necessidades sociais, mas em nome das exigências da sociedade de consumo e em face da superprodução de bens fabricados em série. O neoliberalismo como nova expressão do capitalismo prega a ascensão dos indivíduos e a expansão da riqueza que há de ser "fatalmente distribuída em maior escala, pelo aumento do número dos participantes".

Esta dupla face do neoliberalismo é que o faz de certo modo (ao menos no discurso de seus defensores) um "sistema social", cujo núcleo é o apelo ao Estado como fonte de equilíbrio e de administração das desigualdades sociais. Seus adeptos defendem que "somente o Estado pode preservar o princípio fundamental da concorrência, ameaçado pelo monopólio, considerado como a liberdade de alguns à custa da liberdade dos demais".

Por ser um sistema também político - não só econômico -, o neoliberalismo se propõe manter a qualquer preço as liberdades político-intelectuais. Defende organizações políticas em concorrência, sob a adoção de ideologias diferentes. Neste sentido, tem erguido a bandeira de que o objetivo dessas organizações deva ser "planejar com liberdade".

Mas o neoliberalismo, na prática, devido à fluidez de seu ideário, é outra coisa. Mais do que devido à fluidez, certamente por causa do ecletismo de correntes que confluem para lhe formar o siste-

ma. Por isso é que vemos neoliberais assumirem o poder e agirem sob as mais contraditórias formas. Haja vista, por exemplo, governantes autodenominados neoliberais defenderem a tecnocracia, enquanto outros do mesmo credo político querem justamente o contrário, ou seja, o combate aos tenocratas, em nome de uma administração, que, por ser pública, deve ser exercida só por políticos.

Perversão ou novo tipo de neoliberalismo?

Neste contexto, podemos trabalhar um pouco a hipótese já aventada, de que os atos de corrupção do governo Collor fazem parte de sua maneira de conceber e implantar o chamado "neoliberalismo collorista". Ou, parafraseando Mannheim, um dos grandes teóricos do neoliberalismo, "faz parte do exercício de sua liberdade de planejar a implantação do neoliberalismo na administração pública".

Preliminarmente há que se admitir que o "neoliberalismo collorista" nem mereceria o pomposo nome de neoliberalismo. Não chega nem sequer ao tipo de "retórica" com que W. Mills batizou o neoliberalismo praticado na América do Norte, quando contra ele se investe.

"O liberalismo tornou-se o denominador comum da retórica política e moral na América, o que comprova o caráter irresistível dos ideais liberais. Mas também comprova o fato de que esses ideais se divorciaram cada vez mais de quaisquer agentes históricos pelos quais pudessem ser realizados".

E mais adiante: "Ele se isolou de qualquer teoria sustentável da sociedade e de qualquer meio de ação efetivo" (...) "A gama dos enormes problemas do mundo responde com seu fetiche verbal de Liberdade e mais uma série mutável de reações oportunistas." [2]

O neoliberalismo prega a ascensão dos indivíduos e a expansão da riqueza que há de ser "fatalmente distribuída em maior escala, pelo aumento do número dos participantes"

Não considerando o "neoliberalismo collorido" sequer como "retórica política vazia", ao designá-lo como uma forma perversa e oportunista de planejar a política de governo em nome do "neoliberalismo", acredito ainda estar fazendo muita concessão.

Na realidade, o que os fatos revelaram é que Collor não tinha qualquer projeto neoliberal consistente. Apenas algumas idéias descosturadas, com verniz neoliberal,

amarradas num excesso de individualismo, de amor ao poder, de ganância e de exibicionismo. Tudo sob a capa impermeável da hipocrisia. Talvez o pouco de idéias liberais que perpasse este conjunto de aspirações e atitudes que se montaram em seu pretenso projeto de governo pertença àquilo que Stuart Mill identificava no liberalismo deformado como capaz de levar fatalmente "à hipocrisia, o maior dos vícios... (a ponto de) o governo ouvir apenas sua própria voz... entregar-se à ilusão de que ouve a voz do povo... e o povo, por sua vez, deixa-se levar à superstição política ou à indiferença e assim afasta-se totalmente da vida do Estado." [2]

Para facilitar a reflexão, pensemos na relação proposta - a da corrupção com o neoliberalismo collorista - em termos "a priori" e em termos "a posteriori".

"A posteriori" - Aqui faço a última concessão: a de que Collor e seu bando de oportunistas e aventureiros, ao praticarem os atos de corrupção e os delitos que lhes estão sendo imputados, possivelmente não agiram com a consciência e deliberação de praticar o delito como tal, mas, na sua visão, o que faziam era permitido fazer: a) porque outros também faziam; b) ou porque não seria imputado ao governante; c) ou, quem sabe?, porque a lei é omissa; d) ou seus intérpretes e os juízes não teriam a coragem de se contrapor àquele que recebeu o poder (que para ele, Collor, é absoluto) de 35 milhões de eleitores.

Bastaria rever o comportamento de Collor como candidato e depois como presidente.

A CPI nos revelou que, na época da campanha eleitoral, houve vasta e alta compra de votos. Já eram conhecidos os atentados simulados a diretórios do partido do candidato, o PRN, ou a comícios desse partido (quase todos atribuídos acintosamente ao PT). A ação do tesoureiro da campanha se fez sobre grande parte do empresariado, corrompendo os que ainda não eram corruptos, para uma causa comum: a vitória do candidato das forças reacionárias e das classes conservadoras, fazendo de Collor o único dentre os concorrentes que legitimamente representava os "valores das classes produtoras" (leia-se a elite, a classe dominante) e, por isso, o único capaz de reprimir o avanço dos trabalhadores e das correntes progressistas e socialistas. O uso constante da mentira e da calúnia ("remember" Miriam Cordeiro!) foi traço característico do candidato. A falsa promessa de retomada dos investimentos e do incentivo à poupança, a pretensa garantia de que seu programa tinha o objetivo de lançar o Brasil nos braços do primeiro mundo, o compromisso de que se acabaria com a inflação, sem recessão e sem arrocho salarial - são exemplos que marcaram as contradições entre as promessas e a ação posterior.

Mal empossado, num só golpe matou as ilusões de quase todos os seus 35 milhões de eleitores: bloqueia os cruzados e seqüestra as cadernetas de poupança. Em dois anos e meio, implanta a maior recessão e o maior índice de desemprego já registrados. Arrasa com a classe média, através do mais violento arrocho salarial e do mais

elevado custo de vida da história do País. Consciente de que não implantaria tranqüilamente seu projeto político e econômico, tenta governar através de medidas provisórias, pisoteando a Constituição que jurara respeitar e defender. Seu individualismo exacerbado é levado ao extremo de se impor à Nação não como presidente, mas como déspota; sua vontade é a lei - "l'état c'est moi" -, impõe sem discussão um programa de privatização e tudo faz para entregar o País aos interesses do capital estrangeiro. Em síntese, nega na ação o que propôs no discurso eleitoral.

Enquanto governa, a quadrilha por ele montada antes das eleições se locupleta e aumenta assustadoramente sua fortuna pessoal, à base dos crimes de "colarinho branco" e das práticas denunciadas e analisadas por W. Mills em "A elite no poder".

E dizer que assim age sob a bandeira da "caça aos marajás".

Como já disse, seria ingenuidade atribuir tudo isso exclusivamente a "traços de personalidade" ou "desvios de comportamento" do presidente e/ou de pessoas em quem ele confiou, e assim rotular os atos criminosos de acidentais, por não atingirem o âmago da proposta neoliberal collorista.

O mínimo que se poderia analiticamente dizer é que o individualismo, a ambição, o amor à riqueza, que em si são valores amparados pela ética do capitalismo, encontraram na personalidade de Collor terreno propício para se exacerbarem. Ou (o que no fundo é o mesmo), por defender cegamente aqueles pretensos valores, Collor levou a máxima maquiavélica - "os fins justificam os meios" - até as últimas conseqüências. Por isso, para Collor, PC Farias "et caterva", o feito não é imoral nem criminoso. Apenas o é para nós, que nos pautamos por outra ética, por outros valores e por outros princípios.

Collor não tinha qualquer projeto neoliberal consistente. Apenas algumas idéias descosturadas, com verniz neoliberal, amarradas num excesso de individualismo, amor ao poder, ganância e exibicionismo

"A priori" - A simples leitura do ideário político do neoliberalismo mostra como é sumamente estreita a linha divisória entre o permissível e o condenável, o lícito e o ilícito, o ético e o não ético. Justamente porque esta linha divisória é estabelecida em nome do individualismo e sob a égide da máxi-

ma de que "os fins justificam os meios".

Os principais valores defendidos pelo neoliberalismo são a livre iniciativa, a liberdade de agir, o livre comércio, a primazia do capital sobre o trabalho, a riqueza, a produção, o mercado livre. Todos expressões sempre da Liberdade. Esta, na prática, não se sustenta em seu limite e referencial - o próprio indivíduo, que a tem e usa sem invadir o espaço da liberdade do outro. Levada ao extremo, passa a ser privilégio de quem tem o poder e o dinheiro.

Esta falta de demarcação clara se faz notar quando se tenta a conquista do poder. Tal é o fascínio que este exerce sobre o neoliberal que dificilmente aceitaria o poder como meio de execuções do bem comum. Quase sempre é visto como o meio supremo da auto-realização. Neste caso, a "máxima de Maquiavel" é sempre modernizada pela chamada "lei de Gerson".

Por ser o neoliberalismo expressão do individualismo contra todas as expressões do social, com o objetivo de sufocar este para o triunfo daquele, entendem-se as racionalizações dos defensores do "neoliberalismo collorista", do tipo: "Por que condenar Collor, se sempre se roubou neste País?"; "quem não sonega no Brasil?"; "o moralismo das esquerdas de hoje é o mesmo moralismo udenista de ontem; portanto, a questão central não é a moral e a ética, mas a luta pelo poder".

Para o neoliberal - individualista e defensor do lucro e do sucesso a qualquer preço - não há limite para a ganância e a vantagem sobre o opositor. Com a maior tranqüilidade, fruto de uma consciência anestesiada, sacrifica o social e o público ao individual e ao privado. Quem defende o contrário é tachado de nacionalista retrógrado, inimigo da modernização.

Se, em nome da modernização, não se tem escrúpulos em lançar milhões de famílias na fome e no desemprego, é de se admitir que também não se terá em praticar atos de corrupção.

A máxima "pelos frutos conhecereis a árvore" aplica-se perfeitamente à relação entre Collor, seu projeto "neoliberal" (será?) e a inimaginável quantidade de atos de corrupção e demais delitos atribuídos a ele, PC & quadrilha.

Reiterando, portanto, como conclusão: todo este mar de lama aconteceu não por mero acidente ou simples coincidência, e muito menos à revelia de um presidente que, com arrogância, prepotência e cinismo, quis implantar um projeto pretensamente neoliberal de modernização feito a sua imagem e semelhança.

Ao MD cabe, por isso mesmo, denunciar e romper com este modelo imposto pelo governo Collor. Mesmo sem seu mentor e "condotiere", continuará perverso, corrupto e corruptor.

Sou dos que acreditam que Itamar Franco não reza na mesma cartilha. Seus primeiros atos de governo, particularmente a escolha dos ministros e sua quase obsessão pelo social, reiteradamente manifestada, constituem forte esteio para esta crença e esta esperança.

Tal qual os partidos políticos, o MD, por se sentir corresponsável pela deposição de Collor, e em

nome de sua bandeira de luta, tem o dever de oferecer ao novo governo perspectivas e diretrizes de soluções para os graves problemas sociais enfrentados pelo povo brasileiro.

O neoliberalismo collorista, como vimos, é incompatível com a legítima ética que tem no social seu centro e fundamento. Como nos mostrou Max Weber, em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", lembrado na epígrafe deste artigo: em nome do individualismo tudo se justifica, pois a preocupação que se tem é "colocar um halo em torno dos impulsos econômicos 'individuais' do ethos capitalista moderno." [3]

REFERÊNCIAS

1. RUIZ DEL CASTILLO, C. - Neoliberalismo. In: **Diccionario de Ciencias Sociales.** Madrid, UNESCO-IEP, 1976, p. 323.

2. MILLS, C.W. - **Os Marxistas** (The Marxists). Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

3. WEBER, Max - **Ensaios de Sociologia** (Essays in Sociology). Rio de Janeiro. Zahar, 1974, p. 370.

Délcio Vieira Salomon
Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH/UFMG

VERA LÚCIA MENEZES PAIVA

O ministro não fala inglês - as elites e a língua estrangeira

O "impeachment" do presidente Fernando Collor e a conseqüente mudança de governo têm, de certa forma, produzido efeitos iconoclastas. Perderam prestígio o uísque **Logan,** as gravatas **Hermés,** o **"jet-ski"** e até a cidadania **paulista**. A escolha da equipe econômica foi criticada porque seus representantes não são paulistas. Ser paulista até então era considerado um requisito essencial para um ministro da Economia ser escolhido. O poderio econômico do Estado de São Paulo justifica a ideologia vigente. Já diziam Marx e Engels que a dominação intelectual é um reflexo da dominação econômica, pois todas as idéias têm sua origem na base econômica da sociedade, cabendo à ideologia justificar e legitimar as relações sociais existentes e assim manter determinado ordenamento social.

A escolha do ministro da Economia - o deputado pernambucano Gustavo Krause - trouxe à tona um outro preconceito - **"o ministro não fala inglês"**. A imprensa nacional, escrita e falada, preocupa-se com o fato. O ministro Gustavo Krause não é o primeiro a ser criticado por não falar inglês. O ex-secretário de Cultura do governo Collor, Ipojuca Pontes, por exemplo, causou espanto "ao se dizer incapaz de ler um texto em inglês", conforme noticia a Folha de São Paulo de 14/03/1990. O mesmo aconteceu com o ex-presidente José Sarney e o chefe do governo da Líbia, Muhammad al-Khadafi que, segundo a revista Veja (30/08/1989), teria tentado fazer contato com o primeiro, mas

não conseguira o número do telefone direto do presidente. Diz a revista: "Se por acaso o coronel conseguisse o número desejado, a conversa seria complicada, já que Sarney não fala árabe, Khadafi não fala português e nenhum dos dois fala inglês." No caso em questão, todas as outras línguas foram ignoradas, e o inglês foi visto como a única possibilidade de comunicação entre dois chefes políticos estrangeiros.

Aos mais ingênuos pode parecer que a crítica ao atual ministro da Economia está relacionada apenas ao fato de ser ele o responsável pela negociação com os nossos credores americanos, mas uma análise menos periférica revela que não é bem assim.

A língua inglesa é vista pelas elites econômicas como signo de poder, prestígio e cultura. O fato é que a linguagem reflete a práxis social, e o falar inglês funciona como marca diferenciadora entre a linguagem "inculta" das classes populares e a linguagem culta das elites detentoras do poder econômico e do conhecimento.

A história demonstra que as classes dominantes sempre se utilizaram de línguas estrangeiras como forma de se distinguirem das outras classes sociais. Como nos lembra Ninyoles[1]:

> *"Tal fue, como veíamos, la situación de muchas de las elites aristocráticas europeas de antes de la I Guerra respecto de las clases campesinas. En todos esos casos el idioma lega a convertir-se en una de las coordenadas indispensables para determinar el status de los individuos o grupos."*

Podemos citar como exemplos a Rússia, onde o francês era a língua da corte, e a Inglaterra. Durante os três séculos de dominação normanda iniciada em 1066, a Inglaterra teve o francês como língua oficial e o inglês era falado apenas pelas classes populares. Falar a língua do poder é uma forma de status e foi este motivo que, segundo Ninyoles, levou "los dirigentes romanos a aprender griego, lo mismo que, en los territórios conquistados, las aristocracias locales aprenderiam el latin".

No Brasil, o francês reinava absoluto até a década de 20, quando o teatro de revista começa a ser influenciado pelo cinema americano e o sapateado substitui o estilo **Ba-ta-clan.** A década de 30 marca o declínio definitivo do domínio francês. O cinema, veículo importante de propaganda e difusão de idéias, acabava de ganhar seu apogeu através da sonorização, e o mundo todo, e não apenas o Brasil, toma conhecimento do **"american way of life".**

A língua inglesa circula entre nós como uma mercadoria de alta cotação simbólica. O uso de empréstimos da língua inglesa, por exemplo, atende muito mais a uma necessidade simbólica de identificação com uma sociedade de grande poder político e econômico do que à necessidade de nomear novos conceitos e objetos. Como qualquer mercadoria, os empréstimos também sofrem variações de cotação no mercado. Aqueles que passam a ser usados pelas camadas populares são abandonados pelas elites e substituídos por outros, pois perdem o valor ao deixarem de se carac-

terizar como propriedade privada das classes privilegiadas.

Os empréstimos, enquanto agentes de reprodução das relações de dominação econômica, transformam-se em eficazes instrumentos de violência simbólica, ou seja, de poder de imposição de significações. Apesar de uma língua não ser lingüísticamente superior a outra, o uso crescente de empréstimos desnecessários faz com que se cristalize a idéia de que a língua inglesa é um código superior ao português.

A língua inglesa já foi motivo de polêmica na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), quando foi proposto, em 1990, que a revista da entidade, **Ciência e Cultura,** fosse publicada em inglês. Segundo o coordenador do projeto, Luiz Travassos, o inglês seria a língua científica e publicar em português, uma forma de provincianismo que condenaria a revista ao ostracismo. Outros membros da Sociedade protestaram, alegando que a língua oficial brasileira é o português. Apesar de o presidente da entidade, Ennio Candotti, ter proposto uma solução conciliatória, onde os autores poderiam escolher a língua a ser usada em seus artigos, optou-se finalmente pela publicação em inglês, sob a alegação de que a revista teria maior chance de circulação internacional.

A penetração da língua inglesa no Brasil e no mundo tem como variável que não pode ser ignorada a presença hegemônica dos Estados Unidos. O terceiro mundo não está mais sendo dominado essencialmente pela força armada, mas pela língua, matéria-prima do imperialismo cultural causado pela dependência econômica. O fascínio pela língua inglesa representa metonimicamente o fascínio pelos Estados Unidos. As elites brasileiras tentam imitar a metrópole, os Estados Unidos, usando os produtos e a língua que de lá importam em nome da modernidade.

A língua inglesa é, inegavelmente, um instrumento de comunicação internacional, mas a capacidade de um ministro não deveria ser medida pelo fato de ele não falar um idioma estrangeiro. As relações internacionais do Brasil não se limitam aos Estados Unidos e, como bem lembrou o presidente Itamar Franco, o inglês não é a única língua importante - há outras como o japonês, por exemplo.

Um país moderno deveria incentivar o ensino de várias línguas estrangeiras para ampliar suas referências e evitar o imperialismo cultural. O problema lingüístico é apenas um reflexo da dependência econômica, política e cultural. Se as relações de dependência forem alteradas, certamente também haverá alterações no comportamento lingüístico.

REFERÊNCIA

1. NINYOLES, Rafael Ll. **Idioma e poder social** Madrid: Editorial Tecnos, 1972

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
Professora do Departamento de Letras Germânicas da UFMG

GEORGE WASHINGTON MORAES

Causas e efeitos da decadência de Minas Gerais

O que há com Minas Gerais? Será que a nossa decadência é maior do que a do resto do Brasil? Não sei responder a esta pergunta, mas há algum tempo venho sentindo que alguma coisa não está bem por aqui. Minas, como se sabe, é o quarto Estado em área no País, superado apenas por Amazonas, Pará e Mato Grosso, e o segundo em população e no PIB, superado apenas por São Paulo. Por outro lado, pertencemos à região mais desenvolvida do País, ou seja, a Sudeste. Sem acesso ao mar, estamos cercados pelos principais pólos de influência do Brasil. A leste, pelo Estado do Rio de Janeiro, cuja capital, por suas belezas e por ter sido durante mais de um século a capital do País, tornou-se um dos principais centros turísticos, culturais e econômicos; ao sul, por São Paulo, principal centro econômico, industrial, científico e tecnológico; a oeste, por Goiás, onde se localiza a Capital Federal, principal centro de decisão política e administrativa; e, finalmente, ao norte, pelo Estado da Bahia, primeira sede do governo colonial e porta de entrada da Região Sul para a Região Nordeste. Por tudo isto, Minas tem sofrido um impacto cultural e econômico de todas estas regiões, e estas influências funcionam como forças centrífugas sobre a sua identidade.

Mas foram o advento das redes nacionais de televisão, com suas sedes e centros de produção no Rio e em São Paulo, e a grande penetração dos órgãos de imprensa daqueles estados em Minas, que aumentaram de forma

assustadora esta influência, tanto na cultura como nos hábitos, no comportamento e na economia mineira. Como se sabe, a mídia domina os corações e mentes e, a partir daí, tudo o mais. Com isto, nos tornamos cada vez mais consumidores e não mais produtores de cultura, informação e produtos, porque perdemos o domínio dos meios de divulgação. Não temos uma estação local que gere programas de televisão. Mesmo a TV Minas não passa de uma estação retransmissora de programas e notícias das suas congêneres do Rio e de São Paulo. Os nossos jornais não têm condições de competição com os daqueles estados. Por outro lado, não temos nenhuma revista de expressão com circulação nacional. Por tudo isto, Minas tem cada vez menos destaque nos meios de comunicação nacionais.

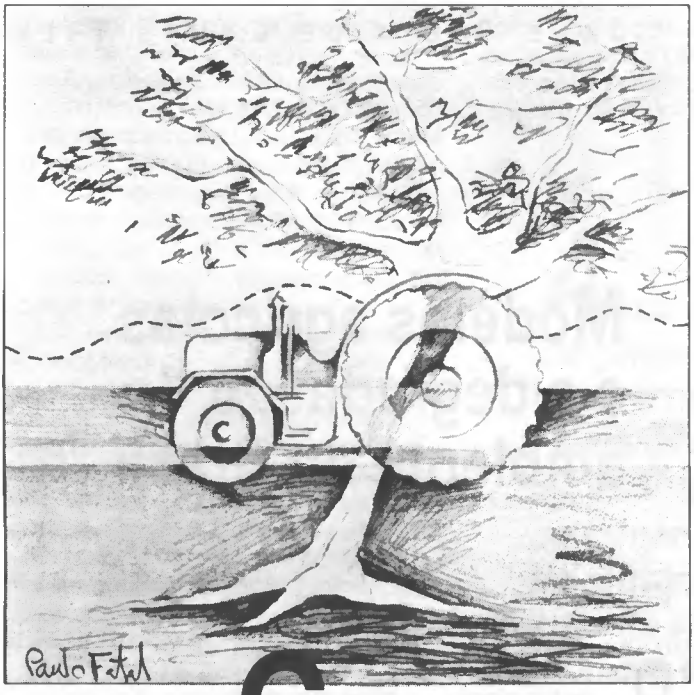
Os nossos políticos, por sua vez, não têm mais expressão nacional, talvez pelas razões acima, mas também, provavelmente, porque as sedes dos grandes partidos nacionais e seus líderes não são mais daqui.

Os nossos templos de consumo são todos de empresas de fora do Estado, como o BH Shopping, o Del Rey e o Minas Shopping, e suas grandes lojas (Mesbla, C&A, Lojas Americanas etc) e supermercados (Carrefour, Bon Marché e Paes Mendonça) também pertencem a empresas do exterior ou de outros estados. Em um desses supermercados, verifiquei outro dia, com surpresa, que os laticínios (que foram sempre um motivo de orgulho para Minas) mais vendidos porque estavam em oferta não eram produzidos em nosso Estado: o leite "longa-vida" era da Bahia, o queijo prato de Goiás e a manteiga do Rio Grande do Sul.

A siderurgia, que, com capitais e tecnologia mineira, se desenvolveu graças às nossas reservas minerais, com a privatização está passando para as mãos dos banqueiros paulistas e internacionais. Assim aconteceu com a Usiminas, que dava lucro, com a Acesita, que tinha, além das usinas, 120.000 hectares de terra plantada com eucalipto, e provavelmente acontecerá com a Açominas. Pior de tudo: arrematadas com moeda podre e a preço vil. Enquanto isto, a Cosipa - Cia. Siderúrgica Paulista -, que usa o nosso minério e apresenta prejuízos, ninguém fala em vender. O impressionante de tudo isto é que o governo, os políticos e mesmo a sociedade mineira praticamente não se manifestaram. O mesmo aconteceu quando da liquidação da Caixa Econômica Estadual, com seus mais de 100 anos de existência. Como se sabe, os bancos mineiros já foram os maiores do Brasil. Hoje também estão nas mãos dos paulistas.

Vamos ficar por aqui. A nossa intenção, nesse pequeno artigo, foi apenas abrir o debate. Nos próximos números pretendemos ampliá-lo, com ênfase maior nos aspectos culturais e da universidade.

George Washington G. de Moraes
Professor do Departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG



C&T

■ O professor José Pires de Lemos Filho estuda o desenvolvimento da agricultura no Brasil e conclui que os modelos agrícolas implantados por aqui têm tudo a ver com a degradação do meio ambiente

JOSÉ PIRES DE LEMOS FILHO

Modelos agrícolas e a degradação do ambiente no Brasil

O estabelecimento da agricultura foi seguramente um passo importante no processo de desenvolvimento cultural do Homem. Surgiu a partir da exploração de espécies com determinadas características úteis, que foram sendo selecionadas durante o processo de domesticação.

É plausível supor que a atividade agrícola do homem primitivo causasse um baixo impacto sobre o ambiente. O aumento da complexidade das relações sociais, com o incremento das necessidades do homem, exigiu maior desenvolvimento da agricultura, com o aumento conseqüente na destruição dos ecossistemas naturais.

A implantação dos agroecossistemas sempre promoveu alterações no ambiente em maior ou menor intensidade, reduzindo a diversidade biológica e modificando o meio abiótico. Devido a sua própria complexidade, a dimensão do impacto da agricultura nos ecossistemas permite diversas abordagens para o seu entendimento. Dessa forma, pretendemos apenas analisar algumas questões, objetivando contribuir para a discussão dos problemas ambientais no Brasil.

No momento em que se discute a sustentabilidade da atividade econômica, com a manutenção dos ciclos biogeoquímicos e da biodiversidade, os diversos modelos (sistemas de produção) de agricultura são enfocados com o objetivo de se identificar aqueles que possam permitir maior produ-

tividade com menor impacto sobre o ambiente.

A grande questão que tem sido posta aos agrônomos nos trópicos é a compatibilização de modelos e técnicas que atendam às diversas políticas que vêm sendo implementadas pelo sistema internacional de divisão do trabalho e riqueza, com a preservação do meio ambiente.

A análise dos diversos ciclos econômicos no Brasil mostra um perfil de atividade predadora na maioria das práticas agrícolas implementadas pelo colonizador europeu, em contraste com o sistema de produção utilizado pelos indígenas, que cultivavam mandioca, milho, abóbora e amendoim, entre outras plantas domesticadas na América.

Ao contrário da monocultura em grandes áreas, voltada para a exportação, a subsistência dos indígenas, baseada na coleta e na exploração itinerante da agricultura em pequenas áreas, além de um menor impacto ambiental, promove um rápido restabelecimento da vegetação natural. Esse modelo de agricultura itinerante ainda hoje persiste em muitas regiões do Brasil, principalmente na Amazônia.

O ciclo da cana-de-açúcar resultou na colonização do litoral brasileiro e no início da destruição da Mata Atlântica, posteriormente incrementada pelo ciclo do café. Já o ciclo da borracha, que não pode ser considerado propriamente um ciclo agrícola, mas sim extrativista, não resultou, de forma geral, em dano significativo para o ecossistema amazônico, pois a agricultura de subsistência praticada pelos novos migrantes não foi muito diferente do sistema de produção tradicionalmente utilizado pelas populações nativas.

A subsistência dos indígenas, baseada na coleta e na exploração itinerante da agricultura em pequenas áreas, além de causar menor impacto ambiental, promove um rápido restabelecimento da vegetação natural

O grande avanço tecnológico ocorrido nesse século resultou, a partir da década de 50, no incremento da indústria agroquímica, atendendo a um modelo de agricultura baseado no grande consumo de adubos minerais e de defensivos, no bojo da então chamada "revolução verde".

O impacto dessa agricultura altamente tecnificada nos países pobres já tem sido objeto de análise econômico-social. Do ponto de vista biológico, foi significativa a redução da variabilidade do

material genético em poder dos agricultores e desastroso para os ecossistemas o alcance da alta produtividade na dependência do uso de grandes quantidades de adubos minerais e defensivos.

No Brasil, a decisão política de desenvolver uma agricultura que garantisse produtividade elevada para sustentar a crescente industrialização nas regiões Sul e Sudeste resultou em uma mudança no sistema de produção tradicional. Essa industrialização, baseada em uma mão-de-obra barata de origem rural e na transferência líquida de recursos para sustentar o crescente endividamento internacional, exigia um rápido incremento na mecanização da agricultura e mesmo a substituição de culturas tradicionais, como a cafeicultura, pela cultura da soja e pela cana-de-açúcar para a produção de álcool carburante, além da implantação de florestas homogêneas com fins energéticos e para produção de papel.

A geração de pesquisa agrícola para a resolução dos problemas advindos das decisões políticas foi imediata. Os órgãos de pesquisa foram redirecionados para atender a essa alteração do modelo agrícola brasileiro. Concomitantemente, a prioridade dada à utilização dos chamados "insumos modernos" foi assumida na formação dos profissionais da área agrícola, sendo pouco questionadas as questões da sustentabilidade econômica e ecológica do modelo.

As decisões políticas, inclusive de ocupação dos espaços geográficos do Brasil Central e da Amazônia, levaram ao colapso da agricultura tradicional baseada na pequena propriedade. Foram desastrosas as novas pressões sobre o ambiente, a partir de um grande fluxo migratório, principalmente de pequenos proprietários, parceiros, meeiros, inviabilizados economicamente na exploração de pequenas áreas e deslocados para um novo cenário completamente desconhecido, onde tentaram implantar o mesmo modelo que haviam vivenciado recentemente. Além disso, a política de incentivos fiscais estimulou a implantação de latifúndios baseados na pecuária extensiva que, em muitas regiões no perímetro da Amazônia, geraram graves problemas sociais - destruição de grandes áreas em que a população se sustentava pela prática de um sistema de produção compatível com a estabilidade do ecossistema.

A questão dos modelos agrícolas no Brasil sempre esteve a reboque das decisões políticas que, em última instância, têm refletido os modelos de transferência de riqueza para os países mais desenvolvidos. O esgotamento do poder de investimento do Estado brasileiro resultou, na década de 80, em um resfriamento no ímpeto "modernizador" da agricultura. Ao mesmo tempo, a pressão da opinião pública quanto à questão ambiental resultou, em muitos casos, na mudança de enfoque nas decisões da pesquisa agrícola que, nos dias atuais, incluiu entre os problemas o impacto ambiental da tecnologia gerada.

Grandes são as questões de ordem fundiária e muitos são os desafios para a implantação de uma agricultura que sustente um pa-

drão de vida digno para os agricultores, atenda aos compromissos externos e, ao mesmo tempo, promova um baixo impacto no ambiente.

A crescente pressão por novos modelos de agricultura nos trópicos tem resultado em algumas propostas de trabalho e mesmo em alguns resultados, no que tange aos sistemas agroflorestais baseados na policultura, envolvendo diversas espécies e incluindo animais, de modo a promover uma produtividade econômica sem maiores danos ao ecossistema. São alternativas que estão na ótica atual de muitos pesquisadores na região do trópico úmido e implicam em maior emprego de mão-de-obra na sua implantação e manutenção.

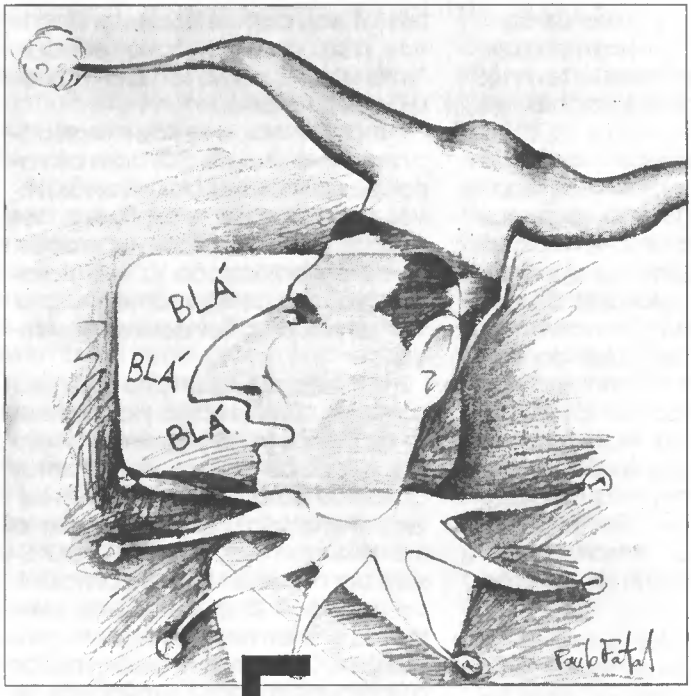
A viabilidade dos sistemas agroflorestais certamente esbarra na questão econômica, com os baixos preços dos produtos tradicionais dos trópicos tais como o café, o cacau e a borracha natural, entre outros, o que inibe investimentos e acarreta um êxodo das populações rurais em direção aos maiores centros urbanos. Além disso, há ainda o desconhecimento do potencial propiciado pela biodiversidade, com produtos que poderão ser úteis na alimentação humana e animal, bem como na indústria farmacêutica, química e energética.

Mantida a atual política agrícola, resta a opção da expansão da área cultivável, com o incremento da ocupação dos espaços do Centro Oeste do País, na região dos cerrados. Esse fato certamente resultará em aumento do processo de degradação do ambiente natural, com reflexos significativos não só no próprio cerrado "lato senso", como também na região pantaneira.

Todas essas questões especificamente para o Brasil, com as variações peculiares dos diversos povos, certamente se aplicam aos demais países tropicais - o processo de desertificação já é um drama vivido cotidianamente por vastas populações pobres da África.

Um fato preocupante que certamente deve atrair o pensamento de muitos é o encaminhamento da discussão dessas importantes questões no meio científico brasileiro e mundial. Qual deve ser o modelo adotado nos trópicos? Existe um modelo? Haverá uma única solução? Qual o limite de tolerância em termos de impacto ambiental? Certamente serão muitas as perguntas, mas as respostas virão, fundamentalmente, a partir de decisões políticas.

José Pires de Lemos Filho
Professor do Departamento de Botânica-ICB/UFMG



ENSAIO

- Comparando os discursos da imprensa e do presidente afastado, a professora Maria Ceres Pimenta Spínola Castro descortina uma intensa disputa pela veracidade e pelo convencimento da opinião pública
- O saber deve ser usado para o exercício pleno da vocação do homem - sua transformação e a transformação da realidade. É o que defende a professora Francisca dos Santos Gonçalves

MARIA CÉRES SPINOLA CASTRO

Verdades e mentiras em disputa entre a mídia e o presidente

"Conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós."
Hannah Arendt

No universo dos acontecimentos recentes, um tema parece desafiar a nossa reflexão, tanto pela sua relevância no processo quanto pela característica paradoxal que ele parece apresentar. Estamos nos referindo às maneiras como se constitui, no cenário político do impedimento presidencial, a noção de verdade, e como a disputa pela veracidade, expressa no espaço público derivado da ação mediática, condensou elementos reveladores das contemporâneas relações entre comunicação e política.

Ao enunciar desta forma o trabalho, não pretendemos apenas definir os seus objetivos, estabelecendo os limites da própria reflexão e o terreno teórico sobre o qual ele se apóia. Queremos ao mesmo tempo limitar a discussão a alguns aspectos do "affair" Collor, dentro de uma temática também delimitada - aquilo que escapa ao seu âmbito, como a definição de verdade ou a noção de

ação política, entre outros elementos, acaba por comparecer no plano da reflexão e participar da construção de seus resultados.

Sem pretender fazer um histórico do caso, lembramos apenas que a disputa pública pela veracidade passa a assumir um papel central no cenário político, a partir das declarações do motorista Eriberto França à revista Isto É, onde se pretendeu comprovar, através de fatos - por testemunho e documentação - a vinculação do presidente da República com o chamado "esquema PC". As repercussões da matéria de Isto É obrigaram Fernando Collor a fazer um pronunciamento à Nação, em cadeia nacional de rádio e televisão - o terceiro após as denúncias de seu irmão, Pedro Collor, que deram origem à CPI - mas o primeiro (e único) em que o presidente utilizou depoimentos de outras pessoas - Ana Acioli e Cláudio Vieira - e documentos para atestar a veracidade de suas afirmações e refutar, como falsas, as acusações que lhe eram feitas. Após a aprovação do relatório da CPI, o presidente da República fez um novo pronunciamento à Nação. As matérias de Isto É, que publicou as declarações de Eriberto França, e os dois discursos presidenciais aqui referidos, vão constituir o núcleo de nossa reflexão.[1]

A matéria denominada "Testemunha Chave" buscava colocar em cena aquele tipo de verdade que "relaciona-se sempre com outras pessoas: diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre nos domínios da intimidade".[2] Um tipo de verdade muito especial e que, diferentemente das verdades filosóficas e racionais, "é política por natureza" e pertence ao mesmo domínio que a opinião. Nas palavras de Hannah Arendt, a verdade fatual, constituída por fatos e eventos, "entidades infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas e teorias", que emergem no campo da vida humana, de existência contingente e, neste sentido, vulnerável, e que, uma vez perdidas, esquecidas ou dissimuladas, têm pouquíssimas chances de ser redescobertas ou resgatadas.[3]

Na sua reportagem, Isto É agenciava basicamente dois tipos de fatos: aqueles estabelecidos por testemunho - as declarações de Eriberto, que havia sido motorista da secretária particular do presidente desde os tempos da campanha eleitoral - e aqueles baseados em documentos - a cópia do cheque da mesma secretária e a comprovação de seu depósito na conta bancária de Rosane Malta Collor de Mello, esposa do presidente. A revista pretendia assim ter encontrado evidências, fatos, provas que indicavam uma verdade fatual: havia, deveras, vinculação do presidente da República com o esquema PC.

Entretanto, como nos ensina Arendt, a verdade fatual apresenta duas características realmente paradoxais. Por um lado,sua característica de ser o que é, ou seja, de possuir um núcleo duro de realidade, que está além do acordo e do consentimento. Neste senti-

do, do ponto de vista da política, a verdade fatual é despótica: não leva em consideração a opinião das pessoas, proscreve o debate sobre os fatos estabelecidos - debate e opinião, dois elementos que estão na essência mesma do exercício da política. Por outro lado, por ser do domínio da contingência, por pertencer àquele campo da mutabilidade dos assuntos humanos - é o que é, mas poderia ter sido de uma outra forma - a verdade fatual não é mais "auto-evidente do que a opinião e essa pode ser uma das razões pelas quais os que sustentam opiniões acham relativamente fácil desacreditar a verdade fatual como simplesmente uma outra opinião."[4] Neste sentido, por ser estabelecida através de evidências documentais e testemunhais - que sempre podem ser suspeitas de fraude e de falsificação - não pode ser demovida pelo recurso a uma "terceira e superior instância", mas tão somente pela invocação de outros testemunhos e outros documentos, também estes portadores dos mesmos riscos de suspeição que os primeiros. Assim, mesmo que os modos de "asseverar a validade" da opinião e da verdade fatual sejam diferentes, no domínio da política elas acabam tendo que recorrer ao mesmo procedimento para que possam se estabelecer: o recurso à maioria.[5]

Desta forma, o recurso às evidências acaba também por cumprir o papel de buscar o convencimento daqueles a quem caberia estabelecer a verdade e, por essa via, constatamos que a matéria de Isto É e o pronunciamento feito pelo presidente Collor em 30 de junho de 1992, ao agenciarem evidências - provas testemunhais e documentais - configuravam uma disputa pela veracidade no espaço público. Assim, mesmo que a verdade não seja uma hóspede bem vinda no campo da política - uma decorrência do seu caráter tirânico - e que a opinião e não a verdade seja um dos pré-requisitos indispensáveis ao poder, a disputa pela verdade se tornou, a partir daquele momento, um dos elementos centrais da cena política, ainda que essa disputa se configurasse no modo de asserção próprio à opinião e não à veracidade. Se, como disse Isto É, "Eriberto surgiu na praça para dizer a verdade", Collor também comparece à praça "para esclarecer e alertar". O destinatário de ambas as mensagens: a maioria. Seu objetivo: o convencimento, baseado em provas, evidências e argumentos, de que se dizia a verdade.

É como possibilidade da existência da diferença e como invenção do real que a mentira se inscreve no terreno da política

Portanto, a disputa pela veracidade desdobrava-se também na luta pelo lugar de "contador da verdade", um espaço tão paradoxal para a política quanto o é a relação entre verdade e política. Se, de um lado, a verdade fatual estabelece o que é, eliminando todas as possibilidades que poderiam ser e que não se realizaram, o "contador da verdade" não se apresenta como um homem de ação, na medida em que ele não coloca em movimento o mundo, não se inscreve na esfera de liberdade na qual as coisas sempre podem ser (ou ter sido) de maneira diferente. Pelo contrário, o "contador da verdade" congela o existente nos limites do que é, correndo o risco de uma ilusão de que as coisas somente poderiam ser assim (ou ter sido desta forma).

Por outro lado, o mentiroso é sempre um homem de ação, pois ele imprime movimento ao que é e desta forma se inscreve no universo "dos possíveis", já que as coisas também poderiam ser assim como ele diz que elas são (ou teriam sido). Neste sentido, é como possibilidade da existência da diferença e como invenção do real que a mentira se inscreve no terreno da política. Entretanto, se "a ação requer imaginação", ou seja, a capacidade de imaginar que as coisas podem ser diferentes do que são e que podem ser mudadas, ela também supõe a possibilidade de negar ou desconsiderar fatos, inscrevendo o espaço do "fabulador do real" no fino gume que separa a imaginação sobre a realidade de sua pura e simples (dis)simulação.[6] Para o "contador da verdade", o espaço também não é menos estreito: situa-se entre a tentação de congelar o real, tomando-o como um resultado inexorável sobre o qual não cabe nenhuma ação dos homens, e a comodidade de considerar a verdade fatual auto-evidente, cuja afirmação e estabelecimento sejam independentes e autônomos de qualquer ação humana.

Para Arendt, no entanto, o espaço do "contador da verdade" também pode-se revelar como um espaço de ação: "onde todos mentem acerca de tudo que é importante, aquele que conta a verdade começou a agir; quer o saiba ou não, ele se comprometeu também com os negócios políticos, pois, na improvável eventualidade de que sobreviva, terá dado um primeiro passo para a transformação do mundo."[7] Daí que "a atitude política diante dos fatos deve, com efeito, trilhar a estreita senda que se situa entre o perigo de tomá-los como resultado de algum desenvolvimento necessário que os homens não poderiam impedir e sobre os quais, portanto, eles nada poderiam fazer, e o risco de negá-los, de tentar maquinar sua eliminação do mundo."[8]

Vemos, portanto, como se caracterizou - e, de uma certa forma, como há sempre de se caracterizar -, no terreno da política, o embate pela verdade. Por ser o que é, mas também por poder ser de outra forma, mantém-se resistente ao poder, mas permite à mentira tornar-se parceira da invenção; por ser de natureza política e pertencer ao domínio da política, é obrigada a abandonar seu modo de asserção e adotar a forma de

asserção característica à opinião sem, no entanto, eliminar seu núcleo duro de veracidade; por ser espaço de ação tanto para o "fabulador do real" quanto para o "contador da verdade", ainda que sob formas e condições diferentes, a verdade parece ter condições de penetrar na política, ainda que como hóspede indesejada, somente submetendo-se às condições do exercício da política: necessita levar em consideração as opiniões das pessoas e precisa do debate para se estabelecer. Vale dizer, por sua natureza paradoxal de pertencer e, ao mesmo tempo, ser exterior ao domínio da política, a verdade na política digladia com a opinião e com a mentira, não retirando da sua condição de verdade - dado que esta condição jamais é, especialmente na disputa, auto-evidente - nenhuma vantagem para o seu estabelecimento. Torna-se, assim como a opinião, objeto da disputa política, e seu estabelecimento, a partir das evidências disponíveis ou retiradas do universo múltiplo e ilimitado da contingência, resultado do debate e do convencimento da maioria.

Se são estas as condições de inscrição e de produção da verdade no domínio da política, importa agora refletir sobre a realização destas condições numa esfera política que não mais domina inteiramente as condições de seu próprio exercício. Como condição para sua realização na contemporaneidade, a política, enquanto "realização pública, como luta pública no campo de forças que é a sociedade",[9] adere às regras de funcionamento da esfera mediática e produz, por esta adesão, a legitimidade do espaço público derivado da ação dos "medias".

A verdade torna-se, assim como a opinião, objeto da disputa política, e seu estabelecimento, resultado de debate e do convencimento da maioria

A matéria de Isto É, através do agenciamento de testemunhos e documentos, produz basicamente um enunciado: existe vinculação do presidente da República com o esquema PC, investigado pela CPI do Congresso. Por ser um enunciado que se propõe verdadeiro, opera, pelo simples fato de sua emergência no campo discursivo, a atribuição de que o seu contrário seria a mentira e a falsidade. É, portanto, um enunciado característico do discurso mediático, de natureza performativa, que agencia valores ilocutórios - faz alguma coisa quando emerge no discurso - e valores perlocutórios - produz alguma coisa em conseqüência de seu aparecimento.[10] Enquanto ilocutório, o enun-

ciado de Isto É pretende produzir a desqualificação do discurso que se contrapõe a ele, ou seja, qualifica como mentiroso ou falso o discurso que pretende invalidar a sua verdade: a existência de vinculação de Collor com o esquema PC. Enquanto perlocutório, ele obriga o presidente da República a vir à cena para respondê-lo e desqualificá-lo como verdadeiro. Assim, à luta política pela produção da verdade, nos termos considerados mais acima, agregam-se os elementos oriundos do funcionamento da dimensão pública derivada da ação mediática. Tendo em vista, de um lado, a tendência ao monopólio da "publicização" pela esfera mediática e, por outro, as características contemporâneas da ação política, tais elementos vão ter um papel fundamental nesta disputa.

Uma das características mais relevantes do discurso mediático é a sua inserção quase predominante na dimensão pragmática da linguagem, ou seja, aquela dimensão que diz respeito às ações humanas realizadas pela linguagem, onde é possível agir servindo-se de palavras, e onde certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de poder e de eficácia. [11] Nesta dimensão, os enunciados passam a ter uma característica no mínimo interessante: não "estão apenas sujeitos aos valores de verdade e falsidade, de adequação ou de não adequação ao estado de coisas relatado; estão igualmente subordinados aos valores inerentes à credibilidade e à sinceridade do locutor, à clareza ou obscuridade da exposição, à justeza dos juízos formulados, à coerência dos argumentos aduzidos, à capacidade de levar o(s) outro(s) à satisfação de um pedido, do reconhecimento ou do apreço, do conselho dado, do aviso, da saudação". [12] Neste sentido, enquanto atos de linguagem, os enunciados da mídia se prestam à avaliação em termos de falso/verdadeiro. E mais, tendo em vista que "o estado de coisas relatado" é também, em ampla medida, constituído do discurso que o enuncia, a veracidade do enunciado na mídia acaba - pela natureza do discurso mediático e pelas características, já apontadas, da verdade fatual - prestando-se também à avaliação em termos do sucesso/insucesso do ato pretendido e, no caso, do ato de produção da verdade.

Há aqui, entretanto, um complicador. Por se apresentar, no âmbito da produção comunicativa, como um discurso puramente fatual, o jornalismo pretende ser avaliado apenas em termos de sua adequação ou não aos fatos relatados, ou ainda da veracidade ou falsidade de seus enunciados. Ou seja, pretende operar com uma modalidade discursiva que apagaria as condições de sua produção, as condições de emergência dos seus enunciados, apagamento que estaria na origem das estratégias de legitimidade e de credibilidade do próprio discurso. Mas, ao mesmo tempo, por se apresentar como um discurso relatado - um discurso que remete a "fatos ocorridos e a locutores competentes para avaliá-los e julgá-los" - sua produção só é possível se suportar, para além de suas dimensões constatativas, o ponto de vista do

enunciador, o qual "nunca é da ordem da constatação, mas da situação contingente dos interlocutores e da sua relação recíproca."[13] É, portanto, no paradoxo entre a exigência de apagamento das condições de seu aparecimento e a emergência contingente de tais condições para que se produza como "discurso dotado de sentido" que o jornalismo se realiza - as modalidades encontradas para lidar com este paradoxo são altamente significativas para "a produção da verdade" no terreno da mídia.

No terreno empírico ao qual delimitamos nossa discussão, ou seja, a matéria de Isto É e os pronunciamentos presidenciais, estas operações estão bem demarcadas. Na matéria de Isto É, o motorista Eriberto aparece como a personagem capaz de produzir uma articulação de sentido para os documentos levantados pela revista, na medida em que, "apesar das evidências documentais que apontavam para movimentos suspeitos, Isto É precisava de um elo que desse sentido a todos aqueles documentos." Em outras palavras, a revista necessitava, para se realizar como discurso dotado de sentido, agenciar um enunciador que, assimilado ao locutor mas dele se distinguindo, fosse capaz de garantir, pela sua simples presença na cena discursiva (a natureza do testemunho no estabelecimento da verdade), a veracidade daquilo que se expressava no discurso. Assim, a reportagem, ao mesmo tempo em que apresenta a revista como sujeito da enunciação aqui entendida como o aparecimento do enunciado de que haveria, deveras, uma vinculação de Collor com o esquema PC -, busca apagar esta revelação, apresentando-se tão somente como locutor do enunciado de um outro, no caso, do motorista Eriberto, que surge no discurso como garantia da verdade, marcada pela sua presença na cena da enunciação.

Enquanto atos de linguagem, os enunciados da mídia se prestam à avaliação em termos de falso/verdadeiro, e em termos do sucesso/insucesso do ato pretendido

Desta forma, Isto É, ao apresentar, no mínimo, uma dupla "autoria" do enunciado - locutor e enunciador, ou revista e Eriberto -, reforça a característica persuasiva do discurso, por apresentá-lo, à maneira do discurso político, constituído por múltiplas vozes. Esta multiplicidade, ainda que diferente do conceito de polifonia - que remete para a existência de várias vozes ecoando simultaneamente num mesmo discurso, sem que u-

ma seja preponderante e julgue as outras -, é regida por regras hierarquizantes e de construção de estratégias de convencimento. E se mostra capaz de absorver pelo menos alguns elementos da diversidade exigida pela política. Ao mesmo tempo, por essa operação, a revista aumenta o poder de convencimento do seu enunciado, ao apresentá-lo como oriundo da ação discursiva solidária de dois sujeitos distintos e revelados por modalidades diferentemente marcadas na enunciação.

Mas apenas isto não basta para conferir ao discurso de Isto É as condições necessárias à produção da verdade. É preciso que o enunciado também ofereça as marcas constitutivas do lugar em que ele apareceu, ou seja, que o enunciado, ao se constituir, constitua também o lugar de seu aparecimento, não apenas no sentido do espaço material em que se registra enquanto discurso relatado, mas notadamente o espaço social de sua produção. Não se trata aqui de agregar elementos extralingüísticos ao discurso, como as condições de produção do discurso para dar conta do sentido do enunciado, mas sim de admitir que o lugar da produção discursiva se constitui na mesma operação que produz o discurso e que as marcas desta operação são legíveis no próprio enunciado. Neste sentido, esta operação é realizada, em primeiro lugar, pelo próprio título da matéria - "Testemunha Chave" -, acompanhado de uma "instrução" para sua interpretação, no sub-título: "Depois de tantos rebates falsos, surge enfim a primeira indicação do elo da Brasil Jet, empresa de PC Farias, com a Casa da Dinda" (grifo nosso).

Em segundo lugar, a forma como a reportagem se estrutura. Ela é construída em três partes articuladas: no início, apresenta os fatos; depois, descreve seu próprio processo de investigação, indicando a hipótese de que partiu ("Desde o início das investigações das denúncias de Pedro Collor de Mello, Isto É concluiu que, caso houvesse de fato ligações entre o esquema de PC Farias e membros do Planalto, o caminho mais estratégico para apurá-las seria através de um levantamento minucioso das atividades de pessoas do círculo mais íntimo do Palácio") e os dados coletados que suportavam parcialmente a sua comprovação; finalmente, as revelações de Eriberto, que forneciam a chave para o sentido das evidências coletadas e garantiam a veracidade do enunciado. Como uma construção solidária - título, sub-título, estrutura textual -, a reportagem, ao mesmo tempo que enuncia a sua verdade, fornece as "instruções" que marcam o seu lugar - "contador da verdade" - e atribui aos enunciados que lhe são opostos a característica de falsidade. Da mesma forma, por se constituir como um discurso formulado no interior da esfera mediática e, nesta perspectiva, exterior à política, a reportagem agrega à sua própria carga simbólica a legitimidade e a credibilidade derivadas da sua função de mediação. Vale dizer: por falar da política de um lugar exterior a ela, a mídia constitui seu lugar de produção discursiva como o lugar de produção da verdade de importância política, ou

seja, da verdade fatual, acrescentando ao seu próprio discurso a força simbólica derivada da imagem de exterioridade que projeta e que lhe rende um "mais" de credibilidade e de legitimidade.

Obviamente, os pronunciamentos do presidente da República inscrevem-se no registro da política, mas, por se tornarem públicos através da sua veiculação pela mídia, caracterizaram-se como atos de linguagem destinados a alcançar notoriedade pública e, por esta via, necessitam também submeter-se às regras de funcionamento da mídia. Enquanto discurso político, ele busca "construir seus dispositivos de arregimentação e de anulação do próprio adversário"[14]. Neste sentido, ele opera através da interpelação que inicia o pronunciamento - "minha gente" -, que aciona os dispositivos de arregimentação consagrados ainda na campanha eleitoral e repetida como marcação textual no interior do discurso. O "minha gente" conecta-se com os indivíduos constituídos na esfera privada e dissolve as categorias políticas relativas à cidadania: "Falo para você que está em casa, no trabalho, na praça, para os pais e mães - muito especialmente para os jovens, que devem estar à espera de esclarecimento, pois sempre querem compreender tudo, querem, como eu, a verdade." Ao mesmo tempo em que a interpelação busca constituir um "nós", um laço político fundado na intimidade entre o locutor e os destinatários, ele cria também uma clivagem entre "nós" e "eles", operando, pela construção discursiva, o distanciamento entre o locutor (e o conjunto formado imaginariamente pela interpelação) e seus adversários.

O "minha gente" conecta-se com os indivíduos constituídos na esfera privada e dissolve as categorias políticas relativas à cidadania

A anulação dos adversários é construída através de duas operações. De um lado, desqualifica o discurso do adversário, desconhecendo sua autoria e buscando afirmar a condição de independência de seu próprio enunciado: a matéria de Isto É e as revelações de Eriberto França comparecem no pronunciamento apenas através de alusões - construções do tipo "chegaram a dizer que", "violou-se o sigilo bancário", "usaram-se identidades falsas", "aliciaram-se personagens duvidosos" - em que se apresentam, dissolvidos pela indeterminação do sujeito, os fatos que deram origem à fala presidencial. Desta forma, o enunciado de Isto É e os fatos, evidências testemunhais e documentais que lhe deram sentido de verdade, dissolvem-se na categoria de "boa-

to", "especulação", "falsas denúncias", "mentiras absurdas", "imposturas" e, por esta via, o pronunciamento constitui o espaço necessário ao aparecimento de seu próprio enunciado: "Chega de acusações: aqui estão os fatos, aqui estão os documentos, aqui está a verdade."

Por outro lado, tanto como garantia de veracidade quanto como dispositivo de dissimulação de sua dependência enunciativa (é, ao fim e ao cabo, uma resposta à matéria de Isto É e às suas repercussões no cenário político), agencia outros enunciadores - as declarações de Ana Acioli, Cláudio Vieira e o atestado do Bancesa - e coloca em cena um outro locutor: a voz descorporificada do locutor oficial do Planalto. A estratégia de anulação prossegue atribuindo interesses particulares e particularistas aos adversários, mobilizando as figuras disponíveis no imaginário político nacional, especialmente o golpismo e a fragilidade das instituições democráticas. Assim, o pronunciamento do presidente procura constituir-se sobre as ruínas do discurso adversário e tenta construir seu lugar de enunciação nesta mesma operação. A interpelação rememora a eleição e busca completar-se na referência à "opção clara de 35 milhões de brasileiros". O pronunciamento se constitui neste lugar e procura desalojar daí, do lugar de "contador da verdade", todos aqueles que contradizem seu enunciado: "Mente quem afirma o contrário".

Ao mesmo tempo, o locutor, sustentado pela bandeira nacional que lhe serve de cenário e conota o discurso com a legitimidade derivada da simbologia institucional, agencia toda a "performatividade" que lhe permite o espaço mediático: gesticulação, expressões faciais, flexões de voz, o gel nos cabelos, a maquiagem bem cuidada. A teatralidade do espetáculo, que já se havia tornado o exercício da Presidência, aqui novamente encenada, buscava acionar os mesmos dispositivos imaginários e simbólicos que lhe permitiram construir com sucesso sua trajetória política, e procurava mais uma vez obturar a distância que se escava entre o real e a representação.

Entretanto, por estar submetido às regras do funcionamento da instância mediática, o discurso presidencial acaba também tanto por se prestar à avaliação de "sua adequação ou não ao estado de coisas relatado", quanto a submeter esta avaliação aos critérios de sucesso/insucesso do ato pretendido: convencer a "opinião pública (que) sabe separar o joio do trigo" da veracidade do discurso. Assim, as operações discursivas do pronunciamento foram pouco eficazes para convencer. No máximo, conseguiram estabelecer o "contraditório do debate" ou "constituíram a versão presidencial sobre os fatos apresentados".

De fato, buscando apresentar-se como expressão da verdade e repetindo no âmbito da mídia os procedimentos que se mostraram vitoriosos - foram bem sucedidos - na campanha eleitoral e no primeiro ano de governo, o pronunciamento presidencial consegue apenas estabelecer a disputa pela veracidade na cena pública e

encenar - com um sucesso apenas relativo - que estabelece em definitivo a verdade. Mas, naquele momento, apenas isto bastava. A pesquisa de opinião feita logo após o pronunciamento do presidente ainda lhe dava um razoável índice de credibilidade. E, mesmo constituindo um alívio fugaz, conseguirá dificultar a conquista da maioria pelos seus adversários, o que lhe fornece um espaço de ação, senão de "contador da verdade", pelo menos de "fabulador do real".

Em relação ao pronunciamento que se seguiu à aprovação do relatório da CPI, a construção discursiva obedece a regras bem diferentes. Em primeiro lugar, é abandonada a interpelação "minha gente" e, no seu lugar, aparece uma sóbria e contida "minhas senhoras, meus senhores", que também comparece como marcação textual ao longo do pronunciamento. Em segundo lugar, o discurso assume sua condição de resposta: "Responderei ao que creio, sinceramente, sejam profundas injustiças"; "Estas foram as acusações. Aí estão as respostas". Em terceiro lugar (e daí a mudança no modo de interpelação), dirige-se à Nação: "Decidi-me hoje, momento que me pareceu adequado, vir à Nação para, de coração aberto, analisar o processo político e dar todas as explicações necessárias". Assim, a clivagem que se produz não é mais entre "nós" e "eles", mas uma construção política que distingue "adversários" e "aliados".

Entretanto, mantêm-se, ainda que sob novas operações, os dispositivos de arregimentação e de anulação do adversário, buscando agora não tanto o convencimento da veracidade, mas impedir que a maioria construída no campo adversário - a disputa entre as cores já havia antecipado, bem ao gosto do registro mediático, a disposição majoritária - deixasse o terreno simbólico da praça e invadisse o espaço da ação política institucional. A rigor, tratava-se de uma dupla estratégia de neutralização: de um lado, buscava desarmar a construção majoritária que acabara por estabelecer como verdadeiro o discurso adversário. Por outro lado, principalmente, tentava imobilizá-la pela inscrição da dúvida no espaço da disputa. É desta forma que ganham sentido as referências às medidas que na área financeira limitaram os cheques ao portador e extinguiram os títulos ao portador. Portanto, se as explicações fornecidas não convencessem, restava ainda insinuar a dúvida e tentar assegurar a imobilidade política: "Diante disto, cabe a pergunta: poderia o presidente, que propôs a mais rigorosa legislação contra atos de corrupção, transigir ou, mesmo de longe, ser conivente com o que se lhe deseja imputar?"

A disputa entre as cores já havia antecipado, bem ao gosto do registro mediático, a disposição majoritária

O discurso investia ainda contra o Parlamento, acionando os dispositivos de rejeição ao exercício da política, especialmente no seu âmbito parlamentar, produzidos ao longo da história do País e atualizados na construção discursiva, pela recorrência da fórmula "eles tentam em 10 dias cassar o mandato do presidente da República, quando x dias ainda não foram suficientes para aprovar... (uma determinada legislação que se encontrava no Congresso)", que aparece cinco vezes no pronunciamento. A repetição é um recurso que comparece no plano da retórica e pretende retirar do espaço parlamentar a legitimidade necessária à sua ação, rompendo os já esgarçados laços políticos que constróem as relações entre o cidadão e seus representantes.

De fato, se o discurso se mostra como uma seqüência de enunciados que visam produzir uma realidade de outra ordem, a cena da enunciação também se constitui como outra. O discurso transita entre a instância do "eu" - é predominante a forma pessoal na primeira pessoa do singular em todo o pronunciamento - e o estilo indireto livre - uma das formas de discurso relatado -, em que a possibilidade de surgimento de outras vozes na cena da enunciação é controlada pelo uso das formas de indeterminação do sujeito ou do sujeito oculto. O locutor, solidário com o sujeito da enunciação - mediante o uso da primeira pessoa do singular - permanece ancorado na simbologia institucional que comparece no cenário do pronunciamento. Mas seu desempenho, ainda que guardando traços da "performatividade" do registro mediático, assume outras características. Não mais as máscaras consagradas na campanha e nos primeiros tempos do governo, já que a encenação agora é de uma outra ordem, mas a postura contida do estadista que se vê injustamente acusado; não mais os arroubos de gestualidade e de fisionomia, mas a contenção de quem admite ter cometido erros e se propõe corrigi-los; não mais a arrogância de quem se vê predestinado ao poder, mas a firmeza de quem se encontra no seu lugar legítimo. Máscaras também, mas destinadas agora a uma outra encenação. Não apenas do discurso veraz, mas especialmente de um espetáculo que, iniciando-se como farsa, corria o risco de se consumar como tragédia, transformando sua personagem não no "fabulador do real" mas no puro mentiroso contumaz.

REFERÊNCIAS

1. A matéria intitulada "Testemunha Chave" foi publicada pela revista Isto É, nº 1187, de 01/07/92. p. 12-17.

Os pronunciamentos presidenciais foram feitos no dia 30/06/92 e no dia 30/08/92. Na análise foram utilizadas as transcrições dos pronunciamentos feitas pelo Jornal Hoje em Dia e gravações domésticas de sua emissão pela televisão.

2. ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro,** São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 295.

3. Idem, ib. p. 287-288.

4. Idem, ib. p. 301.

5. Idem, ib. p. 297-298.

6. LAFER, Celso. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Ética.** São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 227.

7. ARENDT, H. Op. cit. p. 310-311.

8. Idem, ib. p. 320.

9. RUBIM, A.A.C. Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas. **Textos de Cultura e Comunicação.** Salvador, Departamento de Comunicação e Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, nº 27, 1992. p. 16.

10. Neste ponto da discussão, estamos inspirando-nos nas formulações de Austin e na retomada feita por Ducrot de tais formulações. Ver:

AUSTIN, J.L. **Quand dire, c'est faire.** Paris, Editions du Seil, 1970; e

DUCROT, O. **O dizer e o dito.** (especialmente o cap. VIII, "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação") Campinas, Pontes, 1987.

11. DUCROT, O. Op. Cit. p. 163.

12. RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação.** Lisboa, Editorial Presença, 1990. p. 104.

13. RODRIGUES, A.D. Op. Cit. p. 103.

14. FAUSTO NETO, A. O Presidente da televisão. **Comunicação e Política: comunicação pela América Latina.** CBELA. Ano 9, nº 11, abr. jun. 1990. São Paulo, Editora Oito de Março, p. 20-21.

Maria Céres Pimenta Spínola Castro
Professora do Departamento de Comunicação Social da FAFICH/UFMG

FRANCISCA SANTOS GONÇALVES

Compromissos para a construção de um saber transformador

A capacidade de construir conhecimento possibilita ao ser humano, na sua trajetória histórica, enfrentar a natureza, transformá-la e transformar-se, em um processo de ação e reflexão que articula a teoria à prática e permite a elaboração do saber. Nesse processo, a busca do conhecimento pressupõe descobrir, compreender, apropriar-se intelectualmente de idéias significativas e utilizá-las. Em sua via natural, elaborar o conhecimento deveria ser um exercício cotidiano, engenhoso, gradativo, no qual o saber empírico (despreocupado com a busca de relações causais entre os fenômenos) seria complementado pelo saber sistematizado, pelo conhecimento teórico. Este fundado em hipóteses, noções, conceitos, categorias de análise, idéias (de quantidade, de qualidade, de espaço, de tempo, de causalidade, etc), premissas, fórmulas, leis, elementos teóricos essenciais para a apropriação intelectual da realidade.

Esta via natural foi definitivamente bloqueada a partir da separação entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática, entre a concepção e a realização, efetivada com a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, que se coloca como uma linha demarcadora no processo de construção do conhecimento. Esta divisão possibilitou o fortalecimento da atividade teórica e de uma elite intelectual, que vem assegurando o progresso do conhecimento e o avanço científico, vinculados aos interesses e às necessidades práticas dos grupos domi-

nantes. De forma cada vez mais sofisticada, os grandes avanços tecnológicos de nossa era configuram a materialização ou objetivação do teórico nas mais variadas áreas do conhecimento, a serviço da acumulação capitalista, que conquista espaços, ampliando sua área de influência e se fortalecendo com o surgimento de novos blocos hegemônicos.

A concentração de riquezas e poder entre uma minoria tende a ser legitimada e justificada pelo saber, pela competência, pelos altos índices de desenvolvimento científico, pela tecnologia de ponta, privilégios do chamado primeiro mundo. Em ângulo oposto, nos países periféricos, crescem a pobreza, a fome, a miséria, associadas aos baixos níveis de saúde, de escolarização e de vida. De forma inquietadora, a era da cibernética, com os incalculáveis avanços da informática, se defronta com o terrível paradoxo da crescente avalanche de problemas sociais de toda ordem, com desdobramentos ameaçadores, cada vez mais incontroláveis, que avançam em todas as direções e repercutem inclusive nos países centrais.

Nesse quadro, a lei da "negação da negação", a "luta dos contrários", eclode à maneira desumana do próprio sistema capitalista, dentro dos parâmetros da competição, do individualismo, do salve-se quem puder, sob o princípio de que os fins justificam os meios. A reação unilateral, a agressividade e o crime crescem, à medida em que a classe oprimida, cada vez mais marginalizada, mais alienada, tem menos condições de se organizar, de lutar por seus interesses, de batalhar pela transformação social. O número assustador de assaltos, de seqüestros, o narcotráfico e todo tipo de delinqüência presente nos dias atuais comprovam o confronto de forças opostas e antagônicas. Mostram que toda a estrutura do sistema capitalista, armada para impedir e esmagar a luta de classes, não tem como eliminar os antagonismos e a violência que emergem da opressão, da exploração, da injustiça social, e se espalham como uma bola de neve, tornando-se cada vez mais ameaçadores para toda a sociedade.

A concentração de riqueza e poder entre uma minoria tende a ser legitimada e justificada pelo saber, competência, altos índices de desenvolvimento científico, tecnologia de ponta, privilégios do chamado primeiro mundo

Indiferente a essa realidade incontestável, o sistema capitalista

investe na etapa atual da acumulação e da internacionalização da economia, com a "moderna" política neoliberal, difundindo a crença na eficiência, na competitividade, na liberdade de escolha, nas leis reguladoras do mercado, a despeito dos custos sociais que, de forma inexaurível, recaem sobre a população, principalmente sobre a classe oprimida. Como acreditar em competitividade, em leis reguladoras do mercado, em projetos de modernização no terceiro mundo, onde as pequenas indústrias estão sendo esmagadas pelas concorrentes estrangeiras, onde o desemprego cresce e diminuem as esperanças?

Dentro dos padrões capitalistas, embalado pela sua ideologia, o ser humano tende a se afastar das utopias, a se acomodar, a acreditar no discurso neoliberal, nas perspectivas, ainda que remotas, acenadas pelas propostas modernizantes, e achar legítima a cruel divisão da sociedade entre ricos e pobres, como se essa fosse a ordem natural das coisas. Mergulhado no caos da recessão econômica, o trabalhador vê-se inevitavelmente envolvido num clima de insegurança, com a crescente falta de oportunidades de trabalho, a queda do poder aquisitivo, a deterioração das condições de vida, os riscos, os perigos, o sobressalto dos dias atuais.

No Brasil, à crise econômica se alia a crise ética e política. Como Marx afirmou, "tudo que é sólido se desmancha no ar". Temos consciência de que, a cada dia, a crise e os problemas sociais se agigantam, tornando-se cada vez mais incontroláveis.

Diante desse quadro tétrico, a impressão é de que estamos em um beco sem saída. E exatamente nesse momento, a universidade e todas as instituições ligadas à educação têm uma grande responsabilidade e se defrontam com a interrogação crucial: o que fazer? Segundo Millôr Fernandes, quando não há saída, o melhor é sair pela primeira entrada. Parece que, no campo da educação, a primeira entrada está diretamente ligada à questão do conhecimento, a ser redescoberto e redimensionado na perspectiva sócio-política, dentro da qual o homem é resgatado como agente, ser que pensa, elabora e produz conhecimentos voltados para a compreensão das diversas dimensões da atividade prática, cujo papel é determinante no processo de formação e auto-criação do ser sujeito. Como principal objeto da prática pedagógica, o conhecimento adquire um peso significativo, enquanto instrumento que possibilita a explicação, a compreensão e a transformação da realidade.

Chamada a tomar a prática social como objeto de reflexão, a ciência é desafiada a rever sua atitude face ao conhecimento e, conforme Kosik[1], abandonar o mundo da pseudoconcreticidade, fundado no discurso positivista, defensor da neutralidade e objetividade científica. A análise crítica evidencia que a "neutralidade" não existe e que, ao contrário, ela contribui para manter e ampliar privilégios, colocando o conhecimento e a tecnologia a serviço dos interesses dominantes,

agora camuflados com a ideologia do projeto neoliberal.

À concepção de conhecimento neutro se aliam uma prática pedagógica individualista, alienada e alienante, conteúdos cristalizados, distantes da realidade, aprendizagem fragmentada, fundada em princípios abstratos que desprezam a riqueza do real e a multiplicidade do seu significado, possibilitando obscurecer os fatos, romper com a integridade dos fenômenos e propiciar uma visão falsa da realidade. Por essa ótica, o conhecimento contribui para reforçar e legitimar a reprodução da ordem social vigente, marcada por profundas contradições entre inconcebíveis avanços tecnológicos, que definem a modernidade, e formas subumanas de vida, que estabelecem a fronteira da tétrica divisão entre o moderno e o atrasado, entre a riqueza e a pobreza absoluta.

Em sentido oposto, uma prática lúcida e consciente se centra na defesa de um conhecimento voltado para as reais necessidades da população, em sintonia com os movimentos sociais organizados a partir das bases, buscando resgatar o ser sujeito, responsável pela construção da história, e reforçar o empenho coletivo na luta pela transformação da sociedade. É dentro desta concepção que o conhecimento precisa ser redirecionado em todas as áreas do saber e em todos os níveis de ensino, tendo em vista a sua finalidade maior: estar em função da necessidade vital do homem - transformar o mundo e transformar-se.

A questão do conhecimento está diretamente ligada à divisão entre o trabalho intelectual e o manual, que tende a reduzir o trabalhador a simples peça de uma engrenagem, circunscrito a um espaço limitado, executando tarefas repetitivas, sem ter clareza dos fins, sem o controle do processo e do produto de seu trabalho. À semelhança de um robô, ele fica impossibilitado de pensar, de criar e de elaborar conhecimentos significativos para a satisfação da sua necessidade vital: transformar o mundo e transformar-se.

O conhecimento precisa ser redirecionado tendo em vista sua finalidade maior: estar em função da necessidade vital do homem - transformar o mundo e transformar-se

Esse problema, presente na esfera da atividade econômica, ocorre também na esfera da atividade científica, gerando um trabalho intelectual alienado, com desdobramentos perversos em todas as áreas. Tal como o trabalhador alienado do processo e do produto de seu trabalho, o cientista, o professor e o aluno ficam, na

maioria das vezes, nos limites da especificidade científica, envolvidos em um círculo vicioso repetitivo, sem ter clareza dos fins que norteiam a ação intelectual, sem ter controle do processo e do produto deste trabalho. O significado deste tipo de alienação se explicita diante de uma análise crítica dos seus fundamentos lógicos e do seu alcance. A lógica se insere no âmbito dos interesses do sistema capitalista, que sempre prioriza a racionalidade, a objetividade, a produtividade, a eficiência, a eficácia, incluindo-se dentro destes parâmetros, o conhecimento científico e tecnológico, colocado como objetivo a ser alcançado em benefício da acumulação.

Fundamentada nesta lógica, a busca de tais objetivos leva à fragmentação da ciência e à delimitação do campo de pensamento e ação do cientista e dos que estejam em busca do saber nos diversos níveis e áreas. Trata-se de canalizar o conhecimento e a produção científica e tecnológica para as necessidades e interesses do capital. Nesse sentido, tanto é importante o avanço da ciência em todas as áreas como é funcional e produtivo o alto grau de alienação, marginalização e descompromisso social que decorre do conteúdo do conhecimento, da própria dinâmica de sua produção e da forma como ele é distribuído, em diversos níveis, pelo processo de ensino-aprendizagem.

No campo específico da educação, quanto mais alienados e socialmente descomprometidos forem os cientistas, os intelectuais, professores e alunos, mais fácil será levar à frente a destruição da escola pública, em benefício dos interesses privados. Dentro dos moldes do projeto neoliberal, que defende a modernização, a eficiência, a "qualidade total", o governo, paradoxalmente, achata os salários, reduz as verbas para a manutenção das escolas, forçando o seu sucateamento, destruindo sua autonomia e sua capacidade de trabalho competente, de forma a legitimar a institucionalização do ensino pago, com a apologia de sua eficácia.

Por outro lado, a maioria da população analfabeta, ignorante, marginalizada, empenhada na luta pela sobrevivência, não tem consciência de que as conquistas seculares, resultantes de longas lutas da classe trabalhadora, entre elas a escola pública, estão sendo destruídas pelo programa de "modernização". Com a visão do senso comum, o trabalhador não tem consciência do que significa o monopólio do conhecimento pela classe dominante, que se apropria das conquistas científicas e tecnológicas; não tem como questionar o nível de violência simbólica que marca a divisão entre os que pensam e os que executam; não tem clareza do papel estratégico do conhecimento no quadro das relações de forças e seu significado na construção histórico-social da realidade.

Para se enfrentar esse problema, um dos pontos de partida é ir à essência da questão, retirar o véu que cobre as aparências, repensar o conhecimento científico, a sua função, a forma como ele tem sido produzido, os métodos de sua distribuição e os seus desdobramentos destruidores no âmbito das

relações sociais, que se tornam cada vez mais degradantes face:

- à concepção de conhecimento "neutro", à ciência pela ciência;

- a um conhecimento alienado e alienante, descomprometido com as reais necessidades do ser humano e da sociedade;

- ao fato de a maioria das pesquisas, trabalhos científicos, programas educacionais, cursos e atividades deles decorrentes, não estar voltada para a problematização da prática social e a busca de conhecimentos que contribuam para transformá-la.

Esta é uma questão crucial a ser enfrentada pela universidade, espaço privilegiado para a elaboração do saber nas diversas áreas do conhecimento, e pelas demais instituições voltadas para a educação em todos os níveis de ensino. Após o momento de crítica, de questionamento, de antítese, é preciso ultrapassá-lo em busca de soluções, na tentativa de uma nova síntese. Os problemas emergentes de nossa sociedade não podem ser relegados a segundo plano. É necessário enfrentá-los a partir do princípio de que a realidade é socialmente construída e poderá ser transformada através de uma ação consciente, deliberada e organizada. A lei da luta dos contrários ou lei da negação da negação, defendida por Marx, evidencia que, nesse embate, a consciência crítica, a indignação, o empenho coletivo, a luta organizada abrem caminhos para a solução dos problemas e a conquista de uma nova ordem social. Aí estão os traços básicos da perspectiva sócio-política, que se funda na concepção de mundo, de homem e de educação, norteadora de uma prática pedagógica voltada para a formação do ser sujeito, preocupado com a transformação da ordem social vigente. Essa concepção pode ser esboçada da seguinte forma:

- mundo, realidade historicamente construída, passível de ser transformada;

A maioria da população analfabeta, ignorante, marginalizada, empenhada na luta pela sobrevivência, não tem consciência de que conquistas seculares como a escola pública estão sendo destruídas pelo programa de "modernização"

- homem, ser crítico, consciente, comprometido com a luta pela conquista de uma sociedade justa e democrática;

- educação preocupada em valorizar o saber do aluno, voltada para a elaboração, produção co-

letiva e socialização de conhecimentos significativos, preocupada com a vivência de relações sociais que contribuem para a formação do ser sujeito, empenhado em problematizar a prática social na busca de conhecimentos que contribuam para transformá-la.

À luz dessas idéias, a Universidade tem um grande compromisso com a construção de conhecimentos significativos, com o desenvolvimento científico, a produção e socialização de um saber que, em todas as áreas, traga contribuições efetivas para o enfrentamento dos problemas sociais e para a escalada rumo à transformação da sociedade. A este compromisso, à sua função social, se acopla a necessidade de ser atualizada e atualizadora. A grande questão é que não se liqüida esse sério desafio com discursos e práticas desvinculadas dos problemas e necessidades postos pela prática social. Para a ultrapassagem desta tendência, é necessário criar mecanismos e estratégias que viabilizem uma ação concreta. Estes mecanismos passam inevitavelmente pela relação entre o objetivo, o conteúdo e o método, que precisam ser repensados a partir de questões como:

- quais são os fins, os objetivos que orientam e sustentam a prática pedagógica;

- que conhecimentos, quais os conteúdos, a quê e a quem servem, aprendê-los em função de quê, qual a sua função social;

- qual a metodologia, como se operacionaliza o processo de ensino- aprendizagem, que tipo de relações sociais se estabelecem na escola.

A unidade entre objetivo, conteúdo e método constitui base essencial para a consistência de um projeto e a viabilização de uma prática desenvolvida por profissionais sérios, competentes e comprometidos. Se tal afirmação é básica, mais importante ainda é a clareza de como estes três elementos se articulam, de forma unificada e intercomplementar, em um processo de construção do conhecimento que tem a sua gênese na atividade da consciência.

Um ponto chave para avançar nesse sentido é lembrar-se sempre que toda ação humana requer a consciência de sua finalidade, e que essa finalidade se sujeita ao curso da sua realização. Não se pode esquecer também que fins e objetivos não são neutros. Ao traçá-los, o sujeito revela sua atitude face à realidade e explicita sua posição em relação a ela. Conforme Vásquez[2], o fim prefigura idealmente o que se pretende alcançar. Constitui a antecipação ideal de um resultado real. O objetivo é a expressão concreta desse ideal em várias dimensões, ele expressa a necessidade humana, que se satisfaz ao se conseguir alcançar o resultado idealizado. Em sintonia com a eterna busca do ser humano, cada objetivo realizado reforça a possibilidade de se chegar aos fins prefigurados ou antecipados. Assim articulados, fins e objetivos motivam a ação consciente e deliberada, ao mesmo tempo em que norteiam a seleção dos conteúdos a serem priorizados para a construção de conhecimentos significativos.

À indagação das diversas áreas do que corresponde a

conhecimentos significativos, coloca-se a questão da ideologia, da qual não se pode distanciar: o conhecimento não é neutro. Corresponde a interesses que determinam o que deve ser priorizado. Na perspectiva sócio-política, um princípio fundamental é voltar-se para a finalidade maior do conhecimento: estar em função da necessidade vital do homem - transformar o mundo e transformar-se. Em busca de como efetivar esse desiderato, o método tem papel estratégico, à medida que determina a forma como se trabalha com a ciência, como se dão a produção e distribuição do conhecimento, como se desenvolvem o processo de ensino-aprendizagem e as relações sociais que aí se estabelecem.

Na prática pedagógica, objetivo, conteúdo e método se entrelaçam numa relação dialética, em função de fins prefigurados que, em última instância, contribuem para a formação de um ser humano passivo, alienado, conformado com o "status quo", pronto para contribuir no sentido de reproduzi-lo; ou, ao contrário, um ser consciente, inconformado, preocupado em participar, se organizar e descobrir caminhos para a transformação social.

A sociedade brasileira enfrenta um momento crítico, sentindo-se sufocada pela crise econômica, ética, política e social, agravada pela corrupção que passou a orientar o tráfico de capital, de interesses e de influências instalado em várias esferas do poder público. Nesse contexto, a população se sente perplexa, começando a expressar sua indignação.

O País, o povo se veste de preto e vai para as ruas manifestar a insatisfação e o repúdio ao estado de corrupção, que tinha como sustentáculo o próprio presidente da República. Começa a renascer a mobilização popular, agora com uma nova bandeira, em defesa da dignidade, da ética, do compromisso com o País, com seus interesses, necessidades e prioridades. Esse é um momento histórico, que traz elementos importantíssimos para a análise, a reflexão, o trabalho pedagógico em todas as áreas do conhecimento. A indignação, a mobilização popular, o posicionamento crítico diante da realidade, o despertar da juventude para a luta organizada, a possibilidade de abrir caminhos para a mudança e a transformação, todas essas lições estão aí para serem apreendidas e elaboradas junto com a sociedade. Aí está o ponto de partida para irmos à frente, nos organizarmos e nos empenharmos, com os nossos alunos, na desafiadora tarefa de construir, produzir e socializar conhecimentos significativos, em função das reais necessidades da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

1. KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

2. VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **A filosofia da práxis.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Francisca dos Santos Gonçalves
Professora da Faculdade de Educação da UFMG



CULTURA

- Esta nova seção de "Caminhos" tem início com um estudo da professora Vera Lúcia Casa Nova sobre as "Cartas" de Graciliano Ramos, lançadas em comemoração ao centenário de um dos mais importantes escritores do País
- A professora Maria Zilda Cury relembra a discussão, nos anos 20, sobre o futurismo, rótulo que gerou intensa polêmica entre intelectuais mineiros e de todo o Brasil
- A identidade do cinema latino-americano, de acordo com três textos analíticos sobre a questão, é repensada pelo professor Evandro José Lemos da Cunha

VERA LÚCIA CASA NOVA

Graciliano Ramos se revela através de suas "Cartas"

"Enquanto não vou, podemos, se te agrada, ir conversando no papel, eu de cá e tu de lá, como diz a cantiga, descobrindo-nos um ao outro e aumentando, por patriotismo, as rendas do serviço postal." (Carta 37)

A proposta desse trabalho é trilhar pelas "Cartas" de Graciliano Ramos[1], que a Editora Record imprimiu depois que sua viúva, Heloísa de Medeiros Ramos, resolveu entregar à publicação.

Difícil tarefa essa de mexer na saudade. Difícil tarefa essa de entrar no jogo da correspondência para tentar decifrar enigmas da enunciação. Faço uma leitura livre, que passeia pelas paisagens mostradas por Graciliano e pelas pessoas a quem ele se dirigia tão sincera e amigavelmente. Pela memória, no sentido do registro de fatos e acontecimentos relacionados a assuntos variados, que percorrem desde Palmeira dos Índios e Viçosa até os bilhetes de prisão, Rio de Janeiro e Moscou.

Memória registrada, lembranças, as cartas focalizam, em sua maioria, pessoas com que se relacionou, eventos, fatos em que tomou parte de forma direta ou indireta.

A carta como comunicação escrita, como modalidade literária que revela e ao mesmo tempo

vai-se compondo como um texto que pode ser lido como tal.

Uma carta não é uma epístola. A epístola se caracteriza pelo ar solene, certo didatismo, é conscientemente literária e projetada intencionalmente para publicação. A carta apresenta um grau de emotividade que não caracteriza, por exemplo, o romance escrito em forma de uma série de cartas - o romance epistolar (Laclos). A carta tem importância fundamental para a historiografia literária pois é, por excelência, uma forma de comunicação que guarda a memória do passado e do presente do missivista e boa parte de sua biografia ou de sua autobiografia, sem a intenção literária que caracterizaria "Infância", "Memórias do Cárcere" ou "Caetés".

Uma carta é um jogo que mobiliza autor e leitores. Uma carta é literatura, na concepção de escritura. Uma carta é documento. Documento é História. Documento singular porque emocionado, muitas vezes. São passos do escritor Graciliano e parte da construção de sua obra, além do estatuto existencial das pequenas confissões, que encontramos como se fossem um diário.

Diante das "Cartas", umas questões: qual o pacto de leitura efetuado entre leitor e missivista? Como ler cartas quando não são dirigidas a nós? Mas, afinal, o que há nelas?

> *"Escrever somente por gosto, para não ter resposta, não é nada consolador." (Carta 14)*

Quem está longe da terra pede informação sobre os seus e manda informação sobre si. O aspecto biográfico e autobiográfico das cartas tem que ser levado em consideração no jogo dos sentidos que aí se instala. Informação, sentidos, afeto, emoção habitam a correspondência. As cartas são o viés entre o biográfico e o autobiográfico, mas sem a referência ficcional.

Eu digo sobre as coisas que vivi e com quem vivi. Eu escolho o que digo. O eu é consciente, mesmo que para o leitor seja o inconsciente que esteja ali. "Nunca pude sair de mim mesmo, só posso escrever o que sou."[2]

> *"- Ora eu disse com a máxima franqueza o que penso de mim. E disse como se estivesse a falar comigo mesmo, como a mim mesmo tenho falado." (Carta 29)*
>
> *"- Falemos intelectualmente; falaremos depois coracionalmente." (Carta 9)*

Mais acentuadamente nas cartas, o "coração" está a largo.

Encontro assim, Graciliano Ramos, o autor de cartas. Percebo-o diferente do romancista, quando seu narrador pode ser mais de uma das suas representações. Nas "Cartas" é o homem-autor que se presentifica, é aquilo que Backtin chama de "um autor puro."[3] Na carta, é a palavra em que o autor não ouve a voz do outro, anseia por ouvir. E até que ponto podemos dizer que nas "Cartas" há representação, imagem do autor? "O escritor (mesmo no lirismo puro) não é sempre um dramaturgo, no sentido de que redistribui todas as palavras entre as vozes dos outros, incluindo-se neles a imagem do autor."[4]

Nas cartas, ele é um dramaturgo de si mesmo. Várias vozes em sua voz - voz plural e ao mesmo

tempo singular - voz que revela uma relação pessoal consigo mesma e com sua própria voz. É a voz do cotidiano do velho Graça que aí se manifesta. A entonação irônica, a pontuação, a entonação de admiração ou perplexidade, interrogação, dúvidas, aprovação ou reprovação e, sobretudo, as reclamações, mostram o coloquial, a comunicação verbal cotidiana.

Graciliano conhece o leitor a quem escreve. É diferente do romance e do poema que, ao começarmos a ler, nos fazem mudar estrategicamente de lugar. Mesmo com a publicação, o projeto inicial da carta é diferente. Seu texto se afirma como texto do momento em que se desloca a posição no ato de ler. O autor é também um texto, da mesma forma que o leitor.

Dialógica por constituição, a carta mostra paixão, piedade, medo, solidão e ansiedade do seu autor, que exige a resposta do outro. Graciliano e sua existência próxima. Em seu trabalho, em sua luta, em suas crenças e sobretudo descrenças. Dialógica no sentido da interrogação e da troca no ato mesmo da comunicação, da leitura. No romance, por exemplo, o autor situa-se fora do universo representado, nas cartas, enquanto emissor, situa-se dentro do diálogo real e determina-se em função da situação real que ocupa em sua contemporaneidade.

> *"Escrevo. Mas espero que a esta hora já me tenham sido enviadas respostas às perguntas que aqui faço." (Carta 28)*

A palavra na carta é radicalmente interindividual - mesmo com destinatário certo, passa nas mãos, sob os olhos e nas vozes de vários outros. As palavras do autor exigem que outras sejam lidas e respondidas, e por isso ele se queixa amargamente da irresponsividade.

É diferente do romance e do poema que, ao começarmos a ler, nos fazem mudar estrategicamente de lugar

Palavra verdadeira e não fingida, a correspondência se estreita com a História, com a Cultura. Através delas, tomamos conhecimento de fatos, anedotas contemporâneas de Graciliano. Se "São Bernardo" é capaz de romper as fronteiras de seu tempo, viver na grande temporalidade, as cartas têm outra temporalidade - mais restrita historicamente, mais presa à significação do presente.

Conhecer o intelectual brasileiro dessa época é sempre pertinente para o estudo da cultura brasileira. Por exemplo: ao mesmo tempo que Graça confessa seu ateísmo, roga por Jesus Cristo. Ou ainda, como nesse trecho:

> *"Tenho-me correspondido regularmente com ele por via telepática. Em planos superiores*

(vi isto nos teosofistas do Jornel), as nossas almas encontram-se, a dele banhada da luz do Nirvana, a minha cheia de sarna, infelizmente, e fedendo a enxofre..." (Carta 34)

Ao grande amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, à mulher, filhos e sobretudo ao pai - Sebastião Ramos - a correspondência mantém-se como descrição do cotidiano, quase um diário. A leitura dos jornais no seu dia-a-dia exigia a leitura de cartas dos amigos e a produção constante delas.

Ironia e humor percorrem a correspondência e se relacionam à crítica sempre presente. Crítico mordaz e ferino, Graciliano constrói a carta em breves pinceladas, traços que rapidamente caracterizam fatos ou pessoas. Os comentários rápidos dão-nos a dimensão da natureza irônica e crítica. Por exemplo, nas incursões à literatura e à política.

"- Mais interessante é te haveres tornado comunista, um comunista com Deus e almas do outro mundo" (Carta 33)

"- Adotei aquele processo que usavas de meter reticências nos lugares que deviam mais tarde ser ocupados por palavras recalcitrantes." (Carta 33)

"- A campanha de injúrias aberta pelo Correio da Manhã até esta aldeia tem repercutido. Que imprensa, meu velho! Em Palmeira dos Índios já se sabe que o Artur é rolinha." (Carta 33)

"Que valor tem um fato? Que resta dele além das sensações que nos deixa? Quanta coisa há que não podemos perceber! E as que aprendemos com certeza não são como as sentimos." (Carta 33)

"- Realmente suponho que sou um sujeito de muito talento. Veja como ando besta..." (Carta 62, falando sobre Paulo Honório)

Ou com relação a si mesmo, a descrença e o corpo esgotado:

"- Sou um pobre diabo. Vou por aqui, arrastando-me, mal. Há cinco anos não abro um livro. Doente, triste, só - um bicho." (Carta 30)

"- Aborrecimentos, amolações, doenças, meu velho. Ando gasto, acabado." (Carta 32)

"- Perdeste as ilusões, dizes. Eu por mim, nunca as tive. Podes acreditar. Sou, talvez, ao mundo o indivíduo que menos confiança tem em si mesmo. Lembras-te da folha seca da canção? Vou para onde o vento me leva... Apenas nunca me julguei folha de rosa ou de louro."

"- Tenho estado doente como um corno. Doença nos dentes, doença na garganta, doença nos ossos, doença em partes inconfessáveis, uma chusma de achaques... esse meu corpo é um saco de moléstias..." (Carta 5)

Mais irônico se torna quando se refere a sua própria obra, como aquela passagem sobre "Caetés", "obra-prima que vai revolucionar o País. Isso é que vai ser uma revolução dos mil diabos, você há de ver. As outras são revolução de bobagem"... (Carta 49). Mas com "São Bernardo" o entusiasmo é outro. Pouca notícia dá sobre seus processos de criação, mas com relação a este, Graciliano nos dá momentos de grande paixão pela literatura e por seus personagens.

Dois deles em especial:Baleia e Paulo Honório.

"- Será que há mesmo alma em cachorro? Não me importo. O meu bicho morre desejando acordar num mundo cheio de preás. Exatamente o que todos nós desejamos". (Carta 103)

"- Seu Paulo Honório, magnífico, vocês vão ver"...

Ou, ainda, estas reflexões perversas sobre os literatos:

"- Somos (os literatos) uns animais diferentes dos outros, provavelmente inferiores aos outros, duma sensibilidade excessiva, duma vaidade imensa que nos afasta dos que não são doentes como nós. Mesmo os que são doentes, os degenerados que escrevem história fiada, nem sempre nos inspiram simpatia: é necessário que a doença que nos ataca atinja outros com igual intensidade para que vejamos nele um irmão e lhe mostremos as nossas chagas, isto é, os nossos manuscritos, as nossas misérias, que publicamos cauterizados, alterados em conformidade com a técnica." (Carta 77)

A relação literatura e política:

"- Sempre essa besteira: cortar cabeças, fazer montões de cinza e sangue, salvar o Estado, toda uma literatura desmoralizada. É necessário que termine o meu romance, literatura menos besta que a outra, a política." (Carta 73)

Entre irritações e preocupações, Graciliano trabalha sério. Além dos romances, faz artigos, contos, entrevistas, contatos, "riscando no papel... palavras necessárias à encomenda".

"- Vou cavar os cobres com um artigo de duzentos e trinta réis"...

"- Vou arrumar as mil e trezentas palavras de duzentos e trinta réis"... (Carta 100)

É o trabalho do escritor, do intelectual brasileiro, daqueles anos.

Crítico mordaz e ferino, Graciliano constrói a carta em breves pinceladas, traços que rapidamente caracterizam fatos ou pessoas

E, ainda, Graciliano traça o perfil do amigo J. Pinto como se fosse uma personagem de ficção:

"- Mas acredito que ainda desta vez tenhas preguiça de casar, é possível que o romance que andas a tecer acabe numa carta como aquela que escreveste a certa criatura que tenha o nome doce de Suguinha." (Carta 53)

Nas cartas observamos um ritual de escritura. Saindo do histórico individual, passando ao coletivo, Graciliano fala-nos sobre os destinatários, os amigos, os parentes, e

vai ao meio social, à política, à História, à Literatura.

O Nordeste é alvo de muitas críticas do velho Graça. Uma tirada aqui, outra acolá:

"- Temos eletricidade. Imagina. Dois professores, cada um com quatro alunos. Um é maluco, outro pau-d'água, ambos analfabetos. Fazem-se algumas casas novas, uma miséria. Há filhas de Maria em penca. É raro o dia em que não morre um homem assassinado... Isto aqui está pior que o Ceará". (Carta 33)

Também o Rio de Janeiro, os cariocas sobretudo, e os paulistas:

"- O que eu sinto é morar numa terra onde só se pode conseguir alguma coisa com muito reclamo. Aqui tudo se resume nisto: cada sujeito faz propaganda de si mesmo." (Carta 21)

"- Quinta-feira tive na Avenida uma prova do exagero e da insinceridade dos paulistas. Oswald de Andrade afirmou-me que Angústia havia abafado a banca e que agora era um trabalho sério escrever no Brasil... Enfim uma série de conversas que, se fossem levadas a sério, me encheriam de vaidade." (Carta 91)

As cartas de amor a Heloísa M. Ramos revelam um outro Graciliano. Não tão aborrecido, não tão duro. São conversas de namorado com a namorada (noivo-noiva). Jogos e mesuras da paixão, aflições, ansiedades, medos. Conversas de marido para mulher. Heloísa é Ló, Lozíssima. Carta ou telegrama escrito a mão - o importante é a troca de correspondência. Pedindo sempre que lhe escrevam - sobretudo ela.

As primeiras cartas a Heloísa são saborosas. Têm o ritmo do afeto e o tom da confissão. Criam metáforas variadas mostrando o amor que sente:

"- És uma extraordinária quantidade de mulheres". (Carta 36)

"- Amo-te com ternura, com saudade, com indignação e com ódio. Confesso-te honestamente o que sou"... (carta 36)

O tempo faz a paixão arrefecer. As cartas mudam de tom. As cartas entre marido e mulher têm comentários políticos sobre "a encrenca do sul" (a revolução de São Paulo), a vida em Palmeira dos Índios, e momentos em que o autor critica os acontecimentos e os militares de 30, ou, como ele mesmo diz, "relatórios semanais", verdadeiros diários de vida.

Os bilhetes da prisão são lacônicos. A censura e a autocensura se compõem. Esse momento nos parece contundente - vida e dramaturgia.

"- Essa história de defesa não me agrada. Estou resolvido a não me defender. Defender-me de quê? Tudo é comédia e de qualquer maneira eu seria péssimo ator." (bilhete sem data)

Enfim, as cartas nos mostram o indivíduo e o sujeito Graciliano se constituindo ora como literato/intelectual, ora como lutador, político, esposo e pai.

Carta-signo. Presença de uma ausência que não reitera o afastamento da pessoa, muito pelo contrário - diz a letra, a palavra, a voz que estão ali diante do leitor. Graciliano sempre nos coloca a falta como elemento fundador da

sua correspondência, da escritura, dos sentimentos.

Do privado ao público. Família, política, administração, e ao mesmo tempo humor, ironia, crítica. Esse o saldo da leitura das cartas de Graciliano - seu discurso amoroso, feito também de fragmentos do cotidiano, apontando para a ausência, os mergulhos no tédio, os sucessos e os fracassos, as angústias, as esperas, a paixão pela escritura, as contrariedades, os fantasmas, os vazios, os erros e os acertos, as identificações, as lágrimas.

Nas cartas ele ordena, pede, agradece, saúda, felicita, afirma, aconselha, avisa, jura, aposta, se benze, se maldiz, se desespera, se critica e chora. É sua criação, é sua vida, sua existência.

Assim li pelo viés dos recortes. Assim ouvi Graciliano Ramos. Interfaces.

REFERÊNCIAS

1. RAMOS, G. **Cartas.** Rio de Janeiro, Record, 1982.

2. "Revisão do Modernismo", em **Senna. República das Letras:20 entrevistas com escritores,** p. 238.

3. BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal.** S. P. Martins Fontes, 1992, p. 336.

4. Op. cit. p. 337.

Vera Lúcia Casa Nova
Professora do Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da UFMG

MARIA ZILDA CURY

Belo Horizonte dos anos 20 discute a pecha de futurista

Futurismo!... Futuristas!
Que vem a ser isto, que vem a ser aquilo?
A Noite, 11/12/25

Os 70 anos da Semana de Arte Moderna que este ano comemoramos permanecem, em parte, como um desafio para a crítica e historiografia literárias. Se era inevitável que o processo de modernização cultural que marcou o Brasil das primeiras décadas do século fosse deflagrado nos grandes centros, é verdade também que ele acabou por atingir, com especificidade própria, outros pontos do País. A divulgação das idéias modernistas ajudou a consolidar e a enriquecer o movimento. Assim, seu estudo, necessariamente, deve englobar, para se completar, o levantamento e análise da produção cultural de outros grupos modernistas além do paulista e do carioca.

No Modernismo brasileiro, poucas palavras causaram tantas discussões e polêmicas como futurismo. Abrigou o termo conotação catalisadora, de marca registrada do período.

A despeito de muitos dos participantes do movimento modernista brasileiro repudiarem o rótulo, como futuristas eram tratados pela imprensa - pejorativamente, no mais das vezes - e até pelos próprios companheiros de geração.

De resto, foi inegável a influência do "ismo" lançado na Europa por Marinetti e seu grupo, na renovação literária proposta pelas vanguardas brasileiras. Lá, no entanto, o termo tinha conotação mais restrita. No Brasil, acabou por assumir conotação ampla, tornando-se sinônimo das manifestações de vanguarda. Futurismo era o moderno, aquilo que agredia a arte bizarra, anti-acadêmica.

Popularizou-se a palavra com o sentido de extravagante. Era o novo, o fora do comum. Qualquer coisa podia ser futurista - moda, mobília, sorvete, música, literatura etc. - desde que se contrapusesse ao tradicional.

Esta marca pejorativa teria vida longa, de que é prova a marcha maluca de Noel Rosa e Lamartine Babo, de 1930. Em estilo "non-sense", classifica de futurista aquilo que não se compreende bem, a tautologia, o sem sentido:

A.B. Surdo

Nasci na Praia do Vizinho, 86
Vai fazer um mês (bis)
E minha tia me emprestou cinco mil réis
Pra comprar pastéis (bis)

É futurismo, menina (bis)
Pois não é marcha
Nem aqui, nem lá na China

Depois mudei-me para a Praia do Caju
Pra descansar (bis)
No cemitério toda gente pra viver
Tem que falecer (bis)

É futurismo, menina (bis)
Seu Dromedário é um poeta de juízo
É uma coisa louca (bis)
Pois só faz versos quando a lua vem saindo
Lá no céu da boca (bis)

Em parte, também, a reação contrária que a palavra suscitou se deveu à posterior ligação de Marinetti ao Fascismo italiano. Por outro lado, o rótulo obedece à tentativa de desestabilização dos avanços modernistas.

Em Belo Horizonte, futurismo e seus derivados traçam, na década de 20, um verdadeiro roteiro da evolução da arte dita de vanguarda

Falando, em entrevista à **Folha de São Paulo**, sobre a inevitabilidade da colagem do rótulo **concretista** a sua produção, é do exemplo do termo futurista que se lembra Haroldo de Campos:

"Isso é uma coisa que eu aceito até como fatal. É como o rótulo de futurista. Os nossos modernistas eram chamados de futuristas. Na verdade, não são futuristas nem modernistas, são escri-

tores brasileiros, renovadores de sua língua e de sua literatura. Modernista e concretista são rótulos para livro didático."[1]

Belo Horizonte dos primeiros anos da década de 20 era cidade marcadamente burocrática, com função político-administrativa, mas já se industrializava de forma cada vez mais acelerada, equiparando-se a outros centros regionais mineiros do ponto de vista econômico. Era movimentada a vida cultural da cidade, com apresentação de companhias teatrais nacionais e estrangeiras. Os jornais, desde o começo da década, já falavam em arte moderna, em futurismo. A cidade urbanizava-se, civilizava-se, inscrevia-se, enfim, no projeto de renovação das oligarquias interessadas na modernização, ainda que excludente e pelo alto.

Todo processo modernizador é obra de uma geração. Mesmo se, ao final, somente alguns escritores logram destaque maior, ele é fruto de todo um clima a que o grupo dá suporte. Este esforço de atualização contou com a participação dos novos de Belo Horizonte, que montaram a plataforma para vôos mais ousados de um Drummond, de um Nava, de um João Alphonsus. Como acentua Schwartzman[2], não se tratava, absolutamente, de um grupo perdido na capital mineira, mas de intelectuais, bem nascidos e socialmente bem colocados, que tomaram a si a proposta de renovação empreendida por parcela dos grupos no poder.

Em Belo Horizonte, **futurismo** e seus derivados traçam, na década de 20, um verdadeiro roteiro da evolução da arte dita de vanguarda. Nas colaborações na imprensa, punha-se em discussão a concepção que lhe gravitava em torno, encontrando-se aí um dos núcleos da presença das idéias renovadoras em Minas. E estas concepções não se restringiam, diga-se de passagem, às esferas literária e artística. Aparece também o futurismo, sempre com um sentido pejorativo, comparado ao bolchevismo e anarquismo, ao maximalismo, como importação alienígena que não nos dizia respeito. Mesmo os modernistas oscilam com relação aos sentidos que emprestam à palavra.

E, então, como futurismo não é um termo inequívoco, sentem-se constantemente os modernistas na obrigação de registrar-lhe o significado. Veja-se exemplo tirado de comentário de Emílio Moura:

"Onde é que já se viu futurismo em Minas Gerais? Eu creio que nem correndo o Brasil inteiro você encontraria um futurista para remédio. Se você não teve apenas a intenção insultuosa com tal adjetivo, se você de fato não se dirigiu àquele grupo desabusado de 'A Revista', você está alucinado, Alberto Deodato; você está atirando as suas setas aceradas contra moinhos de vento, contra fantasmas inexistentes..." ("O meu novo bilhete para A.D.", Emílio Moura, DM, 19/01/27).

O importante, contudo, é salientar que já havia, na Belo Horizonte dos inícios da década, maior circulação de idéias, com a discussão dos "ismos" que tanto marcaram a época. A rigor, ela começara já em 22 com a explosão, em

Belo Horizonte, dos trabalhos de Zina Aita, pintora mineira que mais tarde tomaria parte na Semana.

Já em artigo de 1924, falando sobre a poesia de Henrique de Resende, também Drummond salientara o problema da inadequação do termo futurismo para definir a postura intelectual da nova geração:

> *"Se há um grupo que honestamente se opõe ao futurismo, este é, sem dúvida, o grupo audacioso de São Paulo, que vem pelejando com tanta beleza pelo ressurgimento da literatura no Brasil. Ele não se filia a nenhuma escola;'quer tão somente - peço atenção, meus senhores! - fazer arte nova, novíssima. Que ideal mais alentado e menos sectário? Mas essa boa gente dos periódicos nacionais não compreende semelhante coisa... Confesso que, mais de uma vez, ao levantar-me, tenho corrido ao espelho, e, num exame ansioso das linhas do meu rosto, pergunto a mim mesmo: Serei futurista? A crítica neste país é essencialmente confusa, e revoluciona de tal modo as mais límpidas noções que a angustiosa pergunta já me tem penetrado fundamente com a sua lâmina fria... No Brasil, dorme-se modernista (sem escola) e acorda-se futurista (escravo do sr. Marinetti!"). ("Cinco minutos em companhia de um poeta", Carlos Drummond, DM, 07/02/1924)*

No texto, onde já se adivinha o humor que tanto marcaria a produção futura do poeta, percebe-se não só uma defesa do grupo paulista, mas um movimento na direção de com ele articular-se.

O importante, contudo, é salientar que já havia, na Belo Horizonte dos inícios da década, maior circulação de idéias, com a discussão dos "ismos" que tanto marcaram a época

E, no entanto, somente dois anos antes, em 22, portanto, era o próprio Drummond, em artigo sobre **"Os Condenados"**, que denominara **futurista** o grupo de escritores paulistas. O fato, de si, já comprova o quanto o termo sofria inflexões diferentes, em textos do mesmo crítico, num lapso de tempo relativamente curto:

> *"Aliás, futurismo é, ou pelo menos deve ser, ânsia de liberdade, arrancada para o azul, guerra aos velhos processos, alma nova: exaltação. Quem sofrer, viver e gritar muito é futurista, podendo, indiferentemente, achar o sr. Nicolas Beaudin um gênio ou uma zebra, o sr. Blaise Cenday (sic) um deus ou um cavalo (para mim ambos são deuses e gênios)". **("Os Conde-***

***nados** de Oswald de Andrade" - Carlos Drummond, 30/09/22)*

Em 29 de junho de 24, em artigo sobre Graça Aranha, Drummond, com intuito claro de apreensão crítica do momento cultural brasileiro, faz uma sorte de balanço de idéias. Depois de colocar o problema em termos da dicotomia conservadores/renovadores, conclui que há passadismo, mas não há futurismo no Brasil:

"E não há futurismo porque não é com escola que se combatem escolas, nem curvado ao jugo dos mestres que se repele a condição inferior de discípulo." ("As idéias do sr. Graça Aranha" - Carlos Drummond - DM, 29/06/24)

Interessante como apareceu, neste e em outros textos, acentuada necessidade de sistematização teórica do momento cultural que vivia o grupo modernista mineiro.

Os escritores de Belo Horizonte interessados na renovação estavam, com isso, falando de dentro da discussão modernista. Como os paulistas, metidos à força dentro da camisa futurista, se defrontavam os renovadores mineiros com problemas de terminologia e posicionavam-se de forma original, embora oscilante, como se viu, diante das imposições da crítica e da modernização pretendida.

REFERÊNCIAS

1. CAMPOS, Haroldo. Entrevista concedida à **Folha de São Paulo**, abril de 1992.

2. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Wanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

Maria Zilda Cury
Professora do Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da UFMG

EVANDRO JOSÉ L. DA CUNHA

Reflexões sobre a questão do cinema latino-americano

Este artigo propõe-se discutir alguns conceitos sobre a produção cinematográfica latino-americana a partir dos textos "Por um Cine Imperfecto", de Júlio Garcia Espinosa, "Uma Estética de Fome", de Glauber Rocha, e "A Transnacionalização da Cultura", de Néstor Garcia Canclini (in "As Culturas Populares no Capitalismo").

A leitura destes textos remete a alguns pontos comuns, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- Glauber e Espinosa ressaltam que a afirmação cultural latino-americana deve ser buscada através de um modo de expressão próprio, dado pelo artista (individualmente) - a busca de uma afirmação pela "verdade".

- Espinosa desenvolve ainda mais o conceito anterior, estabelecendo que todos podem e devem participar do processo de criação artística, e que haja uma atitude homogeneizadora para toda realização cinematográfica, buscando uma arte comprometida com um modo de "ver" latino-americano. Neste sentido, o cinema latino-americano deveria ter um registro que possibilitasse a criação de um padrão estético específico e "revolucionário" para a América Latina.

- Canclini estabelece uma diferenciação no modo de produção cultural. Um ponto coincidente é que, para se ter um processo de transformação cultural, deve-se, necessariamente, passar por uma superestimação da cultura, sendo este um momento necessário para

a formação de uma cultura dominante. Isto parece ser essencial entre a teoria de Canclini e os pressupostos para que o cinema tenha um papel "revolucionário" estabelecido. O que Canclini propõe é que se tenha o entendimento da cultura através de seu processo produtivo; "antes de tudo, opor-se às concepções que entendem a cultura como um ato espiritual (expressão, criação) ou como uma manifestação alheia, exterior e posterior às relações de produção (sendo uma simples representação delas)".

Tem-se, aí, uma especificidade do processo de criação (no qual podemos incluir o cinema), que examina os produtos culturais como representações de uma realidade social.

Finalizando, Canclini conclui que a análise de uma cultura deve ocupar-se simultaneamente dos "processos de produção e circulação social dos objetos e dos significados que receptores diferentes lhes atribuem".

Para todos os autores, é necessário reformular as condições de produção e de apropriação dos meios de produção, para que se tenha uma política homogênea, que construa uma forma específica de realização cultural, ou seja, uma identidade cultural estabelecida pela detenção do "poder cultural"; para que se constitua uma ação que estabeleça uma política para a construção de um processo diferenciado de atuação; para que se possa ter uma arte latino-americana com feição própria, capaz de comunicar universalmente suas especificidades.

É neste sentido que Glauber Rocha propõe uma estética da fome - uma estética da violência, da miséria, uma cultura que mine suas próprias estruturas e que faça um cinema comprometido com a transformação. Cinema este a que Glauber se refere da seguinte forma: "Não é um filme, mas um conjunto de filmes em evolução que dará, por fim, ao público, a consciência de sua própria miséria"; ao que Espinosa complementa: "Uma nova poética para o cinema será, antes de tudo e sobre tudo, uma poética interessada, uma arte interessada, um cinema consciente e decididamente interessado, ou seja, um cinema imperfeito..." "O cinema imperfeito é uma resposta. Mas também é uma pergunta que irá encontrando suas respostas no próprio desenvolvimento."

Portanto, o comum entre os textos é o estabelecimento de uma nova linguagem, uma nova forma de dizer capaz de, através de sua especificidade, alcançar um processo transnacional que possa ser analisado, julgado e assimilado por outras culturas. Como volta a lembrar Glauber Rocha: "Nem o latino comunica sua verdadeira miséria ao homem civilizado, nem o homem civilizado compreende verdadeiramente a miséria do latino". A posição central dos artigos assinala a necessidade de se ter uma forma própria de "dizer", uma apropriação cultural consciente. Mas como fazer para ter uma renovação dentro do que Canclini denomina "lógica transnacional da cultura?"

Relativismo cultural

Ao que parece, então, o ponto comum é verificar uma "particularidade" cultural que reflita uma nova atitude do "fazer", o que, no caso da realização artística, passa pelo indivíduo como elemento de renovação e de reformulação. Esta é uma posição contrária à avaliação estrutural, na qual a renovação se dá na estrutura e não no indivíduo.

Há, portanto, o reconhecimento, nos três textos, da existência de um conflito cultural de razões sociais e econômicas, que tem originado um entendimento do processo cultural como inferior e superior nas diferentes culturas. Esta tem sido uma posição adversa ao relativismo cultural que preconiza a igualdade entre as culturas, o estabelecimento de códigos e linguagens de configuração transnacionais, como se o processo cultural se desse além e à parte das questões de desenvolvimento da economia e, portanto, da construção de uma cultura que poderíamos denominar "superior". Canclini complementa: "A multinacionalização do capital, acompanhada pela transnacionalização da cultura, impõe uma troca desigual tanto aos bens materiais quanto aos bens simbólicos. Mesmo os grupos étnicos mais remotos são obrigados a subordinar sua organização econômica e cultural aos mercados nacionais, e estes transformam-se em satélites da metrópole, de acordo com uma lógica monopolística".

Se retornarmos aos textos de Glauber Rocha e Espinosa, verificaremos que a busca da "verdade" está presente em todas as atitudes de inovação e que, fundamentalmente, volta-se contra uma homogeneização cultural dada pelos valores burgueses e colonizadores. No entanto, permanecem questionamentos de como poderíamos desenvolver, dentro da atividade artística, uma modificação da linguagem que se norteia por princípios transnacionais de renovação. Se estabelecermos uma especificidade revolucionária para o cinema, como poderá ser configurada uma forma latino-americana de realização que estabeleça uma nova linguagem, dentro de um desenvolvimento cinematográfico universalista? Não estaríamos, assim, criando justamente uma homogeneização do processo de produção artística? Neste contexto, o que foi produzido dentro do Cinema Novo serve como construção

Glauber Rocha propõe uma estética da fome - uma estética da violência, da miséria, uma cultura que mine suas próprias estruturas e que faça um cinema comprometido com a transformação

de uma unidade de filmar no simbolismo utilizado? Como seria possível detectar uma especificidade estética da América Latina?

Espinosa propõe como alternativa a construção de um cinema imperfeito, que faça uma rejeição a todos os padrões técnicos e estéticos que tenham uma marca colonizadora. Propõe o estabelecimento não de políticas culturais, mas da formulação de uma nova poética, que resulte em um cinema consciente e "interessado", sem contudo especificar qual a relação desta consciência com a produção artística e que concepção está atrás deste interesse. Seria este o processo de auto-afirmação cultural preconizado por Canclini?

Superestima cultural

Novamente revelam-se complexos o entendimento e a realização artística diante do que Canclini denomina "superestima cultural", pois ela pode levar a um processo de realização fechado nele próprio. No caso da arte, onde é necessária uma universalização do entendimento e da realização, "... a superestimação da própria cultura - como acontece nos movimentos nacionalistas, étnicos e de classes em luta pela libertação - não é cometimento de um erro ou de uma parcialidade a ser lamentado, mas um momento necessário do processo de negação da cultura dominante e de auto-afirmação cultural..."[1]

Os outros dois textos propõem uma prática revolucionária de produção - não correríamos, aí, o risco de ter apenas direções ideológicas unificadas no processo de desenvolvimento artístico? No campo da arte, torna-se difícil a compreensão do que denominamos "identidade cultural" pois ficamos, ao mesmo tempo, frente a concepções que entendem a cultura como "ato espiritual (expressão, criação), alheio, exterior e posterior às relações de produção"; ou outras, segundo as quais a organização material própria para cada produção cultural está associada à "circulação" e à "recepção" dos produtos artísticos e culturais. Em todos estes campos, temos o atravessamento de referências universais junto à dominação econômica transnacional, que dificultam uma especificidade cultural para cada obra realizada.

Esta é uma questão muito presente na realização cinematográfica: onde buscar mecanismos de produção e de consumo cultural que possam efetivamente ser agentes de transformação, dentro de sociedades já condicionadas e modeladas por hábitos influenciados por outras culturas com poder de circulação econômica mais forte? Como, nesta situação, se poderia ter uma renovação do cinema latino-americano?

Seria na produção ou na circulação dos bens culturais? (Este, por exemplo, é um processo típico pelo qual passa o cinema brasileiro na década de 80.)

No caso do cinema, pode-se fazer uma interação entre os textos de Espinosa, Glauber Rocha e Canclini, na qual algumas questões mostram-se extremamente atuais. Vale a pena sintetizar algumas: como poderá o cinema lati-

no-americano, um cinema imperfeito e pobre, criar uma nova poética? Será apenas através do registro da "miserabilidade"? Não será isto a criação de uma espécie de marca registrada, redundante, portanto, numa atitude homogeneizadora em termos estéticos?

Tais questões só são respondidas pela prática, porém Canclini formula muito bem quando propõe uma afirmação cultural que se aproprie do capital cultural perdido ou expropriado, para que sejam suscitados "hábitos novos e práticas transformadoras".

No cinema, para que se tenha uma prática transformadora, ficam as questões fundamentais: "o que dizer" e "como dizer".

REFERÊNCIAS

1. CANCLINI, Néstor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo.** Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.

2. ROCHA, Glauber. **Uma Estética da Fome. Tese-manifesto,** Milão, 1965.

3. ESPINOSA, Júlio Garcia. **Por um Cine Imperfecto.** Castellote Editor, Madrid, S/D.

4. XAVIER, Ismail. **Sertão Mar-Glauber Rocha e a Estética da Fome.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

5. PARANAGUÁ, Paulo. **Cinema na América Latina. Longe de Deus e Perto de Hollywood.** L & PM Editores, Porto Alegre, RS, 1985.

Evandro José Lemos da Cunha
Professor do Departamento de Fotografia e Cinema e diretor da Escola de Belas Artes da UFMG

EXTRA


POLÍTICA
ERÓTICA
US$
US$
US$

MARCUS BACAMARTE

Anarquia

Eu sou um
sujeito
sem princípios
e não almejo
nenhum fim:
vivo
meus meios

Marcus Bacamarte
Professor da Faculdade de Letras da UFMG

MARCUS BRACAMARTE

Anarquia

Eu sou um
suieito
sem princípios
e não almejo
nenhum fim
vivo
meus meios

Marcus Bracamarte
Professor da Faculdade de Letras da UFMG



A revista Caminhos
é uma publicação
semestral da Associação
Profissional dos Docentes
da UFMG - APUBH -
Seção Sindical da ANDES/SN,
voltada à reflexão dos
mais variados temas
atinentes à vida
universitária,
estimulando o debate,
a crítica, a livre
circulação e a
pluralidade
de idéias.